

Sumário

Número de notícias: 35 | Número de veículos: 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação tem recorde de R\$ 171,2 bi em julho 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Municípios descartam ISS em reforma tributária ampla 5

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara quer quarentena para militares e juizes 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Inflação dispara, mas governo não se mexe - MERCADO S/A 8

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A pirâmide desmoronou 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhador perde poder de compra com reajustes menores que a inflação 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Serviços ganham mais empresas, mas empregado recebe menos 14

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

As greves do serviço público (Editorial) 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

E as expectativas fiscais? (Artigo) 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Perda de confiança do mercado resulta da incerteza política (Editorial) 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Deputados propõem prorrogar desoneração da folha até 2026 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributação justa para os gigantes digitais (Artigo) 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com arrecadação em alta, Guedes reafirma defesa da reforma 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsa e dólar ampliam alívio com cenário local 24

O GLOBO - ON LINE - RJ - MALU GASPAR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro confia estar governando uma República dos Bananas 25

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como remover Bolsonaro rapidamente e evitar um impeachment paraguaio 27

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma de imposto fará empresas na Bolsa entrarem na Justiça, diz entidade 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ICMS de 14 produtos será reduzido 32

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem funcionários CLT, Precisa assinou contratos de R\$ 1,6 bi 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Segurar verba da ciência é 'sabotagem', diz Davidovich 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ministro prevê um novo "meteoro" de R\$ 200 bi 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Em defesa das instituições 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Guedes: "Qual o problema?" 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Inflação faz estrago (Editorial) 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Crítica a parcelamento 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O 7 de Setembro de Bolsonaro - RUY CASTRO 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Com alta na luz, inflação pode encerrar o ano perto de 8%, dizem economistas 44

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Governando num mundo fake (Editorial) 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Guedes minimiza custo alto da energia 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em 12 meses, IPCA-15 já chega a dois dígitos em 4 capitais 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Desemprego, desalento e informalidade (Artigo) 51

Quinta-Feira, 26 de Agosto de 2021

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo apela ao Supremo por precatórios..... 52

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Prévia da inflação supera 9,30% em 12 meses com alta na energia..... 53

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Alimentos e tarifas provocam maior alta do IPCA-15 em 20 anos..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Orçamento vai prever total de precatórios, diz Funchal..... 55

Arrecadação tem recorde de R\$ 171,2 bi em julho

Lorena Rodrigues Thaís Barcellos / BRASÍLIA

A arrecadação de **impostos**, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 171,270 bilhões em julho, informou ontem a **Receita Federal**.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a arrecadação foi de R\$ 137,169 bilhões (valor já corrigido pela **inflação**), houve aumento real de 35,47%. O resultado foi recorde para o mês de julho na série histórica do órgão, que tem início em 1995 e é atualizada pela **inflação**.

No acumulado do ano até julho, a arrecadação federal soma R\$ 1,053 trilhão, também o maior volume para o período da série histórica. O montante representa um avanço real de 26,11% na comparação com os sete primeiros meses do ano passado.

Segundo a **Receita Federal**, a alta da arrecadação neste ano pode ser explicada, principalmente, por fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de R\$ 24 bilhões do IRPJ e da CSLL, ante R\$ 2,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, vê nesses números um sinal de retomada "vigorosa" da economia interna, depois do efeito provocado pela pandemia de covid-19 no ritmo de atividade do País desde o ano passado. Ele também rechaçou as críticas em relação ao efeito da **inflação** sobre a receita, destacando que o resultado de janeiro a julho mostra crescimento de 25% ante o ano passado já descontado o IPCA do período.

"Há efeito da **inflação**, mas há inequívoco vigoroso crescimento econômico", afirmou ele.

Guedes ainda destacou que, à exceção de janeiro e de junho, todos os resultados mensais este ano foram recordes para a série histórica, já desconsiderando a **inflação**. "O resultado de julho é o terceiro melhor resultado para todos os meses da história." Segundo ele, os números parciais mostram que a arrecadação deve ficar R\$ 270 bilhões acima do estimado inicialmente para 2021.

Guedes também mencionou que os destaques positivos têm sido PIS/Cofins, **impostos** sobre

pessoas jurídicas e os ligados à área de Previdência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Municípios descartam ISS em reforma tributária ampla

Fábio Pupo

Entidades que representam os municípios manifestaram nesta quarta-feira (25) que rejeitam ver seus **impostos** incluídos em uma **reforma tributária** ampla. A proposta está sendo articulada por estados e Senado e tem como objetivo fundir diferentes **tributos**.

Os municípios afirmam que os estados planejam a reforma ampla para se apropriar de parte da tributação sobre serviços obtida pelas cidades -que está em expansão- e defendem que é possível a proposta ir adiante sem eles.

"Entendemos que é possível fazer o IVA [Imposto sobre Valor Agregado] sem os municípios", diz Jeferson Passos, presidente da Abrasf (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais) e secretário da Fazenda de Aracaju.

Os prefeitos resistem a aderir por temerem perda de autonomia sobre as receitas obtidas por meio do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), que teriam que ser discutidas após as mudanças em um comitê com representantes também dos governadores. "Essa relação [entre município e estado] nem sempre é fácil e não está claro como funcionaria", diz.

Por isso, os prefeitos sugerem que cada esfera toque sua própria **reforma tributária** se forma fatiada. "A União reformaria o PIS e Cofins; os estados, o ICMS; e os municípios, a proposta de unificação do ISS", afirma Passos.

A tarefa dos municípios dentro dessa estratégia seria unificar seus milhares de ISS -hoje, cada cidade tem suas próprias regras-, e cada um poderia escolher uma alíquota dentre aquelas do intervalo de 2% a 5% (sem distinção de cobrança por item).

A ideia, argumenta Passos, seria compatível com a reforma ampla e com a estratégia do IVA Dual (em que a União e entes subnacionais obteriam seus recursos por meio da mesma base). A diferença seria que os municípios não participariam da fusão, diferentemente do previsto hoje na PEC (proposta de emenda à Constituição) 110, que tramita no Senado e funde vários **tributos** (incluindo federais, estaduais e

municipais).

De acordo com a Abrasf, a unificação do ISS ao ICMS iria "destróçar" os municípios ao comprometer fortemente a arrecadação própria, além de trazer complexidade e onerosidade ao setor de serviços.

"As cidades são as grandes responsáveis pela prestação de serviços essenciais nas áreas de Saúde, Educação, Transporte, Saneamento Básico, Assistência Social e, atualmente, até de Segurança Pública", afirma nota da entidade. "Pode-se dizer que a aprovação de um IVA estadual, suprimindo o ISS, provocará um inevitável apagão de serviços básicos à população", completam.

A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) também divulgou nota nesta quarta pedindo que as mudanças sejam feitas em etapas. "Como o ISS é a principal receita das médias e grandes cidades, sua junção com o ICMS poderá comprometer serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte e assistência social", afirma a FNP.

Os comentários das entidades são feitos após Guedes, na terça-feira (24), ter recebido representantes do Comsefaz (comitê de secretários estaduais de Fazenda).

Eles mudaram a proposta de reforma ampla que defendem de modo que não haja mais um fundo abastecido pela União -o que era a principal crítica de Guedes nas discussões.

O IVA Dual teria agora uma parte dos recursos destinados a estados e municípios e outra parte ao governo federal, eliminando a necessidade de um conselho tripartite para gerir os recursos. Eles ouviram de Guedes uma sinalização mais favorável do que antes.

"Eu diria que a probabilidade de um acordo nunca foi tão alta quanto agora", afirma Décio Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco que participou das reuniões desta terça.

A proposta também foi alinhada pelos estados no fim da tarde de terça com o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que deve apresentar um relatório sobre a reforma ampla ainda nesta semana.

Guedes costuma rechaçar a reforma ampla, mas sinalizou na semana passada que pode entregar uma proposta em 30 ou 60 dias desde que não envolva mais repasses da União para estados e prefeitos - entre outras condições.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), tem reiterado que a Casa vai discutir a reforma ampla. "Temos a pretensão de uma **reforma tributária** ampla a partir da PEC 110, relatada aqui no Senado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Obviamente, respeitamos também os projetos de leis que tramitam na Câmara dos Deputados e vamos entender como essa engrenagem pode funcionar", afirmou nesta terça.

A reforma ampla é articulada no Senado enquanto a reforma do Imposto de Renda tramita na Câmara.

Entidades que representam os municípios discutem o apoio à reforma do Imposto de Renda em troca de outros textos. Nos últimos dias, outra medida apresentada por eles ao governo e ao relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), foi de cortar o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) que municípios precisam destinar à União.

Arrecadação federal soma R\$ 171,3 bi recordes em julho

Thiago Resende

A **Receita Federal** registrou uma arrecadação de R\$ 171,3 bilhões em julho. Isso representa um recorde para o mês (já considerando números atualizados pela **inflação**).

O resultado significa um crescimento real - considerando o efeito da **inflação**- de 35,5% na comparação com julho do ano passado.

Em relação ao mesmo período de 2019, quando não houve impacto da pandemia, os dados de julho de 2021 registraram alta real de 11,5%. O balanço foi divulgado pelo Ministério da Economia nesta quarta-feira (25).

No acumulado de janeiro a julho, a arrecadação de **impostos** somou R\$ 1,053 trilhão. Isso significa uma alta real de 26,1% na comparação com o mesmo período do ano passado, e também recorde na série histórica (iniciada em 1995, mas padronizada em 2000).

A arrecadação federal tem apresentado desempenho acima do esperado inicialmente pelo governo para

2021.

O resultado tem se acelerado ao longo do ano. Em janeiro, por exemplo, houve uma queda em comparação ao mesmo período do ano passado, foi de 1,5%, em termos reais.

No acumulado de janeiro a abril, foi registrado uma alta real de 13,6% em relação a 2020. Até julho, o aumento avançou e registrou o patamar de 26,1%.

O ministro Paulo Guedes (Economia) participou do início da entrevista virtual sobre os números, sem ficar para a sessão de perguntas, e disse que, com a reaceleração da economia brasileira, a arrecadação está apresentando fortes resultados.

"A arrecadação forte significa principalmente que o país está numa retomada econômica vigorosa", disse.

Acompanhando o maior otimismo do mercado sobre a atividade no país e após a retração gerada pela pandemia em 2020, o ministro tem dito que o **PIB** (Produto Interno Bruto) deverá crescer entre 5% e 5,5% neste ano.

O ministro ressaltou que, de janeiro a julho, foram registrados cinco recordes mensais pela **Receita Federal**. Apenas em janeiro e junho o resultado da arrecadação. "O importe é que isso reforça nossa expectativa de uma boa defesa dos fundamentos fiscais", afirmou.

Guedes destacou o desempenho do recolhimento de **impostos** de pessoas jurídicas no acumulado de janeiro a julho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49649>

Câmara quer quarentena para militares e juizes

**BRUNO GÓES E MARLEN COUTO opais@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIOM**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação dispara, mas governo não se mexe - MERCADO S/A

SÉRGIO LIMA/AFP - 16/9/20



Os números alarmantes estão aí, e não adianta o governo dar as costas para o problema. OIPCA-15, indicador prévio da **inflação**, acelerou para 0,89%, contra 0,72% em julho - o principal vilão foi o custo da energia, que aumentou 5%. Desde 2002, o mês de agosto não registrava uma subida de preços tão intensa. O economista Alexandre Schwartsman até encontrou uma definição divertida para a inoperância do Ministério da Economia: "O Paulo Guedes (chefe da pasta) (foto) virou cheerleader do governo para minimizar a **inflação**", afirmou em entrevista à rádio CBN. O efeito da **inflação** para o bolso das pessoas é perverso - e não há graça nisso. Segundo dados do IBGE, o brasileiro está comprando menos. Com a alta de preços, porém, está gastando mais. "É o caso clássico em que a conta no final do mês é a mesma ou maior, mas o carrinho vai ficando mais vazio", afirma Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS



MERCADO FINANCEIRO ROUBA O GLAMOUR DA PUBLICIDADE

A consultora de RH Alana Ribeiro notou uma mudança notável no mundo corporativo. "Agora, todos os jovens querem trabalhar no mercado financeiro", diz a especialista. O que explica o desejo? "As gestoras, casas de análises e fintechs incorporaram o glamour que até pouco tempo atrás havia em setores como publicidade e propaganda." Isso, diz Alana, se traduz em salários melhores do que em outras áreas. "Na maioria dos casos, a fórmula de remuneração baseada em desempenho eleva os valores."

MERCADO FINANCEIRO ROUBA O GLAMOUR DA PUBLICIDADE

A consultora de RH Alana Ribeiro notou uma mudança notável no mundo corporativo. "Agora, todos os jovens querem trabalhar no mercado financeiro", diz a especialista. O que explica o desejo? "As gestoras, casas de análises e fintechs incorporaram o glamour que até pouco tempo atrás havia em setores como publicidade e propaganda." Isso, diz Alana, se traduz em salários melhores do que em outras áreas. "Na maioria dos casos, a fórmula de remuneração baseada em desempenho eleva os valores."



MONICA SCHIPPER/GETTY IMAGES/AFP - 2/11/16

AMAURI SEGALLA

VACINAÇÃO DESIGUAL LEVARÁ A PERDAS DE US\$ 2,3 TRILHÕES

O lento processo de vacinação e a oferta desigual de vacinas contra a COVID-19 em diferentes países deverão levar a perdas massivas para a economia global. Segundo cálculos da Economist Intelligence Unit, as nações ricas administraram 100 vezes mais imunizantes contra o coronavírus do que as economias pobres. Se o ritmo não for mudado, as perdas globais chegarão a US\$ 2,3 trilhões nos próximos 4 anos, como resultado direto da paralisia econômica e dos custos **impostos** aos sistemas de saúde.

MERCEDESVAI PRODUZIR ÔNIBUS ELÉTRICO NO BRASIL

Enfim, uma boa notícia na indústria de veículos. A alemã Mercedes-Benz anunciou que produzirá ônibus elétricos no Brasil. Segundo a empresa, o projeto receberá R\$ 100 milhões em investimentos - os recursos já chegaram à unidade de São Bernardo do Campo (SP) e fazem parte de um pacote maior de R\$ 2,4 bilhões desembolsados no país entre 2018 e 2022. A ideia da empresa é abastecer o mercado brasileiro e os países vizinhos, mas os primeiros ônibus deverão chegar às ruas apenas em 2022.

R\$ 171,2 bilhões foi a arrecadação federal em julho, aumento de 35% na comparação com o mesmo mês de 2020, segundo a **Receita Federal**. Trata-se do maior valor para julho desde o início da série histórica, em 1995

"Eu não gostava de ser a única mulher em todas as salas em que entrava. Fiz isso durante 10 anos"

Randi Zuckerberg, explicando por que deixou de trabalhar no Facebook, empresa criada por seu irmão, Mark

RAPIDINHAS

Nesta semana, o Brasil entrou para a lista das quinze nações que mais produzem energia solar no mundo. Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o país assumiu a 14ª posição, com uma capacidade instalada de 10 mil MW (megawatts), o equivalente a 70% da potência da usina hidrelétrica de Itaipu.

A startup mineira Enercred é o retrato do avanço do setor. Cinco anos após lançar o primeiro programa de assinatura de energia solar compartilhada do Brasil voltado para residências, a empresa viu a base de clientes crescer 15 vezes. Agora, a ideia é focar no setor corporativo, principalmente pequenas e médias empresas.

A companhia americana Delta adotara uma medida inusitada para incentivar os funcionários a tomarem a vacina contra a COVID-19: a cobrança de uma taxa mensal de US\$ 200 (algo como R\$ 1.050) para os que ainda não se protegeram contra o vírus. A medida anunciada pelo presidente da empresa, Ed Bastian, é válida a partir de 1º de novembro.

O avanço da variante Delta preocupa as empresas. Nos Estados Unidos, funcionários do Goldman Sachs, um dos maiores bancos do mundo, serão obrigados a fazer testes semanais de COVID-19, mesmo que estejam 100% vacinados. O Goldman quer trazer os colaboradores de volta para os escritórios.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

A pirâmide desmoronou

**LUDMILLA DE LIMA, PAOLLA SERRA E RAFAEL
NASCIMENTO DE SOUZA granderio@ogtobo.com.br**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trabalhador perde poder de compra com reajustes menores que a inflação

Fernanda Brigatti

Os reajustes salariais negociados entre empresas e trabalhadores seguem encolhendo e chegaram, em julho, ao pior resultado dos últimos 12 meses. Enquanto a **inflação** medida pelo INPC, o índice usado nos reajustes, acumulou 9,2% em 12 meses, a média dos aumentos de salários ficou em 7,6%, segundo o Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Com a defasagem, o trabalhador perdeu poder de compra. O salário que recebe hoje, mesmo reajustado, vale menos do que há um ano.

As negociações de categorias com data-base em julho não foram as primeiras a resultar em uma média negativa -janeiro, março e abril já haviam sido de perdas-, mas o encolhimento de 1,6 ponto percentual foi o mais alto dos últimos 12 meses.

Quase seis a cada dez acordos e convenções fechados no mês passado terminaram com percentuais menores do que o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e tipo como padrão para os reajustes.

Ele é o índice utilizado pelo governo federal para a correção anual do salário mínimo e das aposentadorias e pensões pagas pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A diferença entre o INPC e o IPCA é a base da pesquisa. Enquanto o primeiro apura o impacto da variação de preços entre famílias que ganham até cinco salários mínimos, o segundo pesquisa os efeitos nos orçamentos com renda de até 40 pisos.

Segundo o Salariômetro, somente um de cada quatro acordos e convenções fechados em julho chegaram a ganhos reais aos trabalhadores. O piso médio negociado ficou em R\$ 1.345.

Quem tem data-base vencendo nos próximos meses deve encontrar negociações salariais complicadas, diante das projeções de **inflação** persistente. A previsão da Fipe é que a escalada de preços comprima ainda mais os aumentos das remunerações.

A situação fica mais delicada quando se considera a

alta da **inflação** a partir de gastos básicos das famílias, com os quais fica mais difícil fazer cortes e economizar. O grupo de despesas com alimentação em casa acumula alta de preços de 16,4% nos 12 meses até julho, segundo o IBGE.

Pesquisa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) mostra que o custo médio da cesta básica de alimentos aumentou em 15 capitais brasileiras no mês passado. Leite integral, açúcar, pó de café e tomate foram itens que subiram na maioria das cidades pesquisadas pelo departamento de estudos.

A mais cara foi encontrada em Porto Alegre (RS), por R\$ 656,92. Em um ano, a cesta de alimentos na capital gaúcha subiu 28,50%, diz o Dieese.

Em São Paulo (SP), a compra desses produtos custou R\$ 640,51 em julho, uma alta de 22,06% em 12 meses.

Outra despesa que disparou -e foi o principal peso sobre o IPCA em julho- foi a energia elétrica residencial, que acumula alta de 20,09%. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) reajustou em 52% a cobrança extra prevista no sistema de bandeiras tarifárias.

Esse dispositivo permite o repasse do custo maior de geração de energia ao consumidor. A crise hídrica pela qual o país passa reduziu a capacidade de geração das hidrelétricas, exigindo o acionamento de usinas térmicas, que são mais caras. A bandeira vermelha mais cara começou a ser cobrada em julho.

No Salariômetro de julho, a Fipe inclui ainda a projeção do INPC para os próximos meses, segundo previsões dos bancos Itaú e Santander. As categorias que negociam em setembro poderão ter de brigar com uma **inflação** entre 10,1% e 10,2% em 12 meses.

Das 238 convenções coletivas e acordos registrados no Ministério do Trabalho e Previdência em julho, somente 73 conseguiram evitar que os salários perdessem valor. A maior parte delas (66) veio do comércio atacadista e varejista, onde o reajuste mediano ficou em 9,5%.

As demais foram no setor bancário e de serviços

financeiros, onde os trabalhadores conseguiram empatar com a **inflação** em 12 meses.

Análise feita pelo Dieese nos dados do Ministério do Trabalho e Previdência mostram que, de janeiro a junho deste ano, o setor com mais perdas salariais em relação à **inflação** foi o de serviços. Em 65,3% das negociações, o aumento acordado ficou abaixo do INPC.

Na indústria, a proporção de negociações que não repõem a **inflação** foi de 40,3%. No comércio, de 33,6%.

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.170 em 2021

O governo deve estimar que o salário mínimo subirá para aproximadamente R\$ 1.170 no próximo ano. O valor, porém, tende a ser revisado para cima até o fim do ano, pois a equipe econômica usou parâmetros de **inflação** defasados para prever a correção do piso salarial, que hoje é de R\$ 1.100 por mês.

O cálculo do reajuste considera que a **inflação** (medida pelo INPC) será de 6,2% neste ano. No entanto, as projeções do mercado já apontam para uma **inflação** acima de 7%.

A nova estimativa para o salário mínimo deve estar na proposta de Orçamento de 2022, a ser enviada ao Congresso até o dia 31 de agosto.

O projeto orçamentário, portanto, estará distante de um cenário realista. O texto trará parâmetros macroeconômicos defasados e não incluirá medidas tratadas como prioritárias pelo governo, mas que ainda estão em negociação, como a ampliação do Bolsa Família.

O governo enviará a proposta ao Legislativo para respeitar o prazo da lei, mas já conta que mudanças terão que ser feitas no texto durante a tramitação, até o fim do ano.

Para a elaboração das contas de 2022, a equipe econômica optou por manter a grade de parâmetros econômicos divulgada em julho. O Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas) estima que o índice encerrará o ano em 8%.

"O governo vai enviar uma peça [orçamentária] que não tem credibilidade", disse Juliana Damasceno, economista e pesquisadora de finanças públicas do instituto. Thiago Resende e Bernardo Caram

Site:

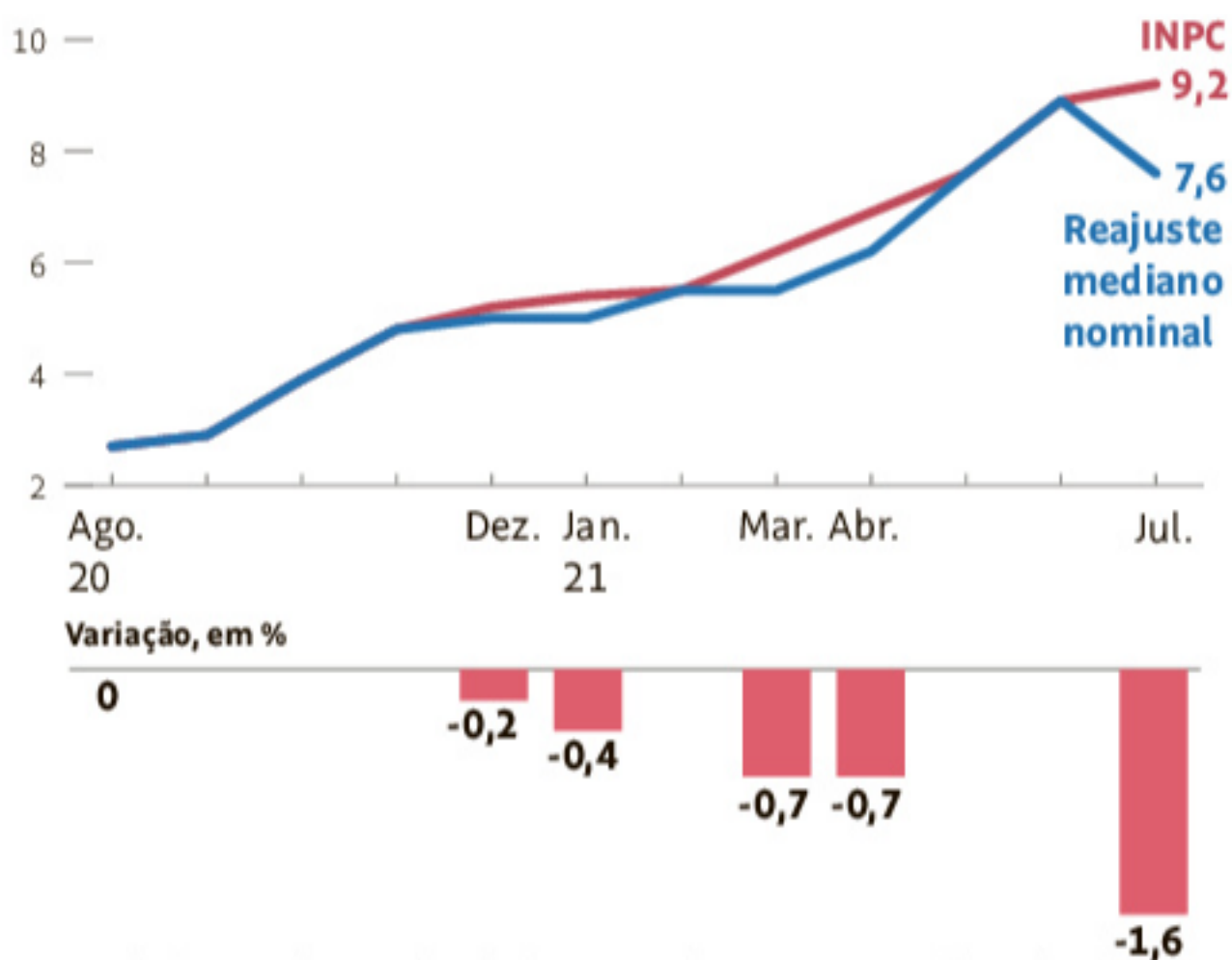
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

49

Reajustes encolhem e salário perde poder de compra

Comparação dos reajustes negociados nos últimos 12 meses

Em %



Fonte: Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)

Serviços ganham mais empresas, mas empregado recebe menos

Leonardo Vieceli

Em uma década, o número de empresas prestadoras de serviços cresceu no país, mas o salário médio ficou menor dentro do setor.

As conclusões integram a PAS (Pesquisa Anual de Serviços) 2019, divulgada nesta quarta-feira (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O levantamento ainda não reflete os impactos da pandemia de coronavírus, que afetou a economia nacional a partir de 2020. A pesquisa contempla os ramos de serviços não financeiros.

Conforme divulgado pelo IBGE, o setor tinha 969,2 mil empresas em 2010. O número cresceu 41,5% na comparação com 2019, para 1,4 milhão. Ou seja, houve incremento de 402,4 mil negócios ao longo do período.

Embora o estudo não detalhe as razões da alta, a dificuldade no mercado de trabalho pode ter sido um dos motivos que levaram parte dos brasileiros a apostar em uma empresa própria, segundo Marcelo Miranda, analista da pesquisa do IBGE.

Enquanto isso, entre 2010 e 2019, o salário médio mensal no setor de serviços caiu de 2,5 para 2,3 salários mínimos.

A baixa, diz Miranda, pode ser associada a um conjunto de fatores, que vai desde os efeitos de políticas de valorização salarial no começo da década até os impactos da recessão de 2015 e 2016.

"Teve a questão das políticas de valorização do salário mínimo no começo da década, mas não foi só isso. A economia passou por crise depois, houve dificuldades. O aumento do desemprego afeta a oferta salarial", pontua o analista.

Entre 2010 e 2019, as cinco grandes regiões brasileiras amargaram queda na remuneração. Mesmo com a baixa, o Sudeste foi o único local onde o salário superou, em 2019, a média nacional. Na região, a marca foi de 2,5 salários mínimos -estava em 2,8 em 2010. O Nordeste, por sua vez, continuou no posto de região com o menor salário médio (1,7).

"A questão importante desta pesquisa é que 2019 é o marco pré-pandemia. Será um ano de referência para as próximas comparações", comenta Miranda.

O IBGE não faz projeções sobre o comportamento dos salários a partir da chegada da Covid-19. Pesquisas de outras instituições já indicaram perda de rendimento dos trabalhadores, em diferentes setores, por causa da crise sanitária.

Em junho, por exemplo, um levantamento do centro de estudos FGV Social apontou que, no início de 2021, a renda média do trabalho no Brasil ficou abaixo de R\$ 1.000 pela primeira vez em 10 anos. Essa conta considera setores diversos, e não apenas serviços.

Ministério e apps discutem MEI digital para entregadores

Paula Soprana

O governo federal estuda uma regulação para entregadores de aplicativo e debate com empresas a criação da figura do microempreendedor individual digital, que abarcaria trabalhadores inscritos em plataformas como iFood, Uber Eats e Rappi.

O Ministério do Trabalho e da Previdência ainda não tem uma proposta formal, mas em encontros com representantes de associações e do setor privado em agosto apresentou a ideia do MED -um modelo de MEI (microempreendedor individual) com algumas adaptações para o ambiente digital.

O objetivo é incluir os cerca de 1,5 milhão de entregadores e motoristas na Previdência, com uma contribuição mínima obrigatória de R\$ 55 por mês. Isso garantiria aposentadoria por tempo de serviço, auxílio-doença, pensão e licença-maternidade e paternidade.

A atual legislação autoriza que entregadores (motoboys ou ciclistas) e motoristas de aplicativo tenham inscrição de MEI ou contribuam com o **INSS** de forma individual. A aderência não é obrigatória.

Embora o Brasil não tenha uma jurisprudência para o tema, decisões recentes de tribunais superiores indicam que plataformas de tecnologia, como Uber e iFood, não possuem vínculo empregatício com

motoristas e entregadores.

Um dos consensos entre executivos e o governo é que o modelo se afaste do regime CLT, que rege o trabalho formal com carteira assinada. A FecomercioSP já preparou uma minuta de projeto de lei que vai nessa direção, propondo MEI à categoria.

Parte dos motoboys, em especial os sindicalizados e que trabalham para outros tipos de empresa, defendem a carteira assinada, mas a ideia não é predominante no debate.

A discussão sobre as condições dos trabalhadores de delivery ganhou força na pandemia, quando cresceu o desemprego e muitos migraram para essas plataformas. Houve redução de renda devido à diluição de pedidos entre trabalhadores e exposição ao risco de Covid, ao mesmo tempo, muitos passaram a encarar filas de supermercado durante os períodos de restrição social. Milhares foram às ruas em 2020 em um movimento que ficou conhecido como Breque dos Apps.

A maior reivindicação dos motoboys e ciclistas que protestaram era o aumento das taxas de entrega, fim de bloqueios realizados por alguns aplicativos, seguro contra roubo e um auxílio-pandemia.

"A maioria dos entregadores de aplicativo não está na Previdência, não contribui. Isso os exclui da rede de proteção social no Brasil. O governo está olhando para isso de forma urgente", afirma Flávio Prol, da Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), que reúne iFood, Uber 99 e Zé Delivery.

Segundo ele, a ideia é encontrar uma forma de usar a tecnologia para incluir os trabalhadores no sistema. A captação dos R\$ 55 ao Estado pode ser via entregador ou paga pela empresa. Não há um modelo fechado para a questão.

"Estamos sabendo que existe a conversa, mas ninguém entrou em contato com a gente. Por que os entregadores, os maiores interessados, não estão sabendo? A gente teme que as empresas estejam puxando para o lado delas", afirma Edgar Francisco da Silva, o Gringo, presidente da Amabr (Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos), que tem 2.500 associados.

Apesar de "respeitar a CLT", ele considera que ela engessaria o setor, baseado nas experiências dos motofretistas com empresas tradicionais, que, segundo ele, pagam salários baixos e os levam à procura de um segundo emprego para complementar a renda.

A associação defende a contribuição ao **INSS**, mas com uma tabela mínima de valores para a entrega. "O governo não poderia interferir nisso porque é uma relação entre as empresas, mas pode ser algo exigido pelo Ministério Público do Trabalho", afirma.

Outros entregadores dizem ser contrários à obrigação de pagar R\$ 55 por mês porque os custos ligados à atividade subiram e a jornada de trabalho já supera 10 horas. Com mais corridas para conseguir o dinheiro, o risco de acidentes aumentaria. Eles têm dúvidas sobre qual seria o papel do operador logístico -uma terceira empresa contratada pelo iFood responsável por gerenciar grupos de entregadores.

"Não acho adequado ser obrigatório porque ficaria inviável diante das taxas, do preço da gasolina e da alimentação. Vamos ter mais um gasto?", diz Ralf Elisário, um dos organizadores do Breque dos Apps.

Procurada, a Secretaria de Previdência e Trabalho afirmou que vai se reunir com associações de entregadores para conversar e que não irá comentar o assunto por ora. A Fenamoto (Federação Nacional dos Trabalhadores dos Motociclistas profissionais e autônomos) já foi ouvida.

Para a ABO2O, associação que reúne Rappi, 99, Loggi, além de ecommerces e fintechs, é preciso um tempo razoável para debater a questão, porque ela precisa considerar todos os prestadores de serviço que atuam por meio de plataformas tecnológicas sem vínculo empregatício.

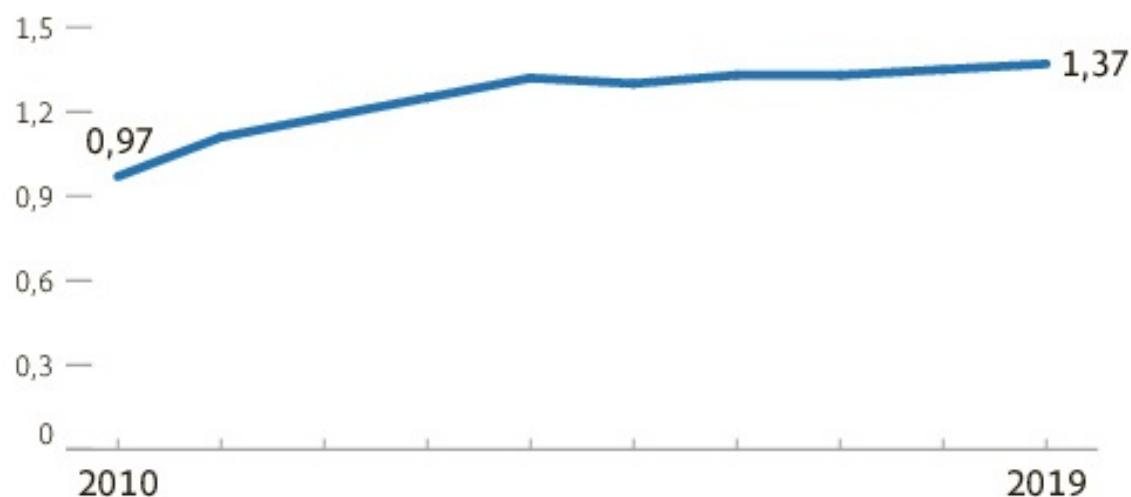
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49649>

Setor de serviços antes da Covid-19

Número de empresas

Em milhões



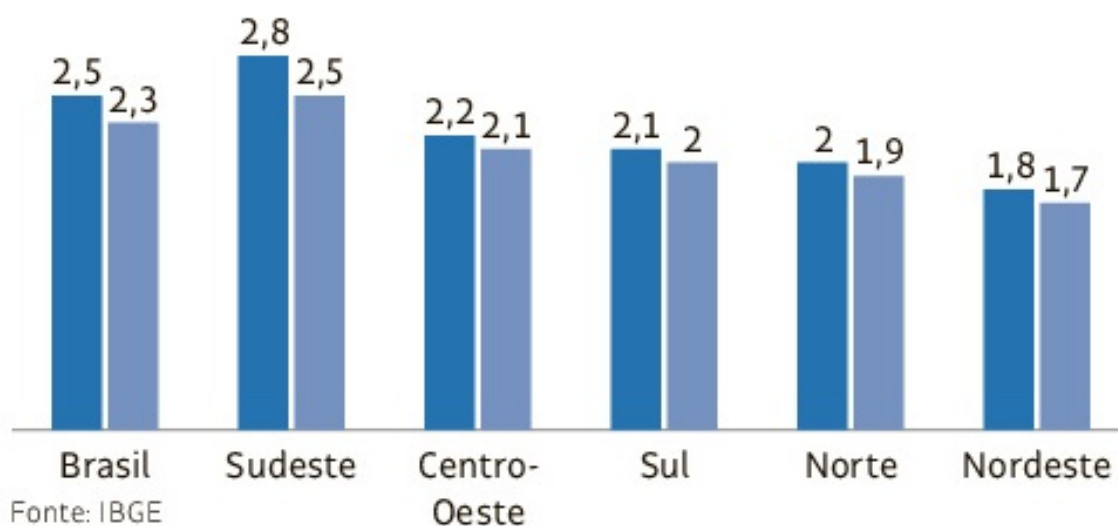
👤 **12,8 mi** foi o número de empregados no setor em 2019

💰 **R\$ 1,8 tri** foi a receita das empresas no ano pré-pandemia

Salário em baixa

Remuneração medida em salários mínimos, em R\$

■ 2010 ■ 2019



As greves do serviço público (Editorial)

Por meio de uma instrução normativa (IN n.º 54) que entrou em vigor no dia 1.º de julho, o Ministério da Economia tomou mais uma iniciativa polêmica, que certamente acabará sendo judicializada.

Trata-se da criação de um sistema para identificar o planejamento de greves na administração pública federal, monitorar as paralisações, promover o corte automático do ponto de cada grevista e suspender o pagamento de seus vencimentos.

Segundo a IN n.º 54, cada órgão federal é obrigado a nomear um funcionário responsável pela transmissão ao governo, diariamente e em tempo real, dessas informações.

"Constatada a ausência do servidor ao trabalho por motivo de paralisação decorrente do exercício do direito de greve, os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) deverão processar o desconto da remuneração correspondente", afirma o texto.

O Sipec é um órgão vinculado ao Ministério da Economia.

A iniciativa, adotada para tentar afastar o risco de uma greve geral deflagrada pelo funcionalismo contra o projeto de reforma administrativa do governo, causou perplexidade na máquina governamental, nas universidades federais e nos meios jurídicos. Em primeiro lugar, porque o direito de greve no setor público é expressamente previsto pela Constituição. Em segundo lugar, porque, apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter referendado o corte de ponto e a suspensão dos vencimentos num julgamento feito em 2016, o governo, segundo a Corte, não pode fazê-lo sem antes propor uma negociação com os sindicatos dos diversos setores do funcionalismo público. E, em terceiro lugar, porque o Ministério da Economia decidiu que as universidades federais também estão submetidas às determinações da instrução normativa, o que é uma aberração jurídica. Afinal, elas gozam de autonomia assegurada pela Constituição.

E pela hierarquia das leis, no Estado Democrático de Direito, uma instrução normativa - que não passa de uma simples norma complementar administrativa destinada a completar o que está numa portaria ou num decreto - em hipótese alguma pode revogar direitos constitucionais.

"Independentemente das pautas e das razões da greve, o corte de ponto passa a ser o princípio. A decisão do STF define o corte como possibilidade, não como necessidade", afirma Gustavo Seferian, professor de direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e encarregado da área jurídica do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Na mesma linha, procuradores e juízes trabalhistas chamam a atenção para a possibilidade de criação de uma lista de grevistas, com risco de perseguições e de retaliações.

A ofensiva do Ministério da Economia contra o funcionalismo e contra os servidores e professores das universidades federais não é recente. Em seus primeiros meses à frente dessa pasta, o ministro Paulo Guedes chamou os funcionários públicos de "parasitas".

E, a exemplo do que já disse seu superior hierárquico, o presidente Jair Bolsonaro, também apontou as universidades federais como "focos de desperdício de recursos", criticando-as por serem dirigidas por "reitores de esquerda".

Em resposta às críticas contundentes vindas de setores sindicais, universitários e jurídicos, o Ministério da Economia alegou, por meio de nota, que o governo "não dispunha de ferramenta que pudesse oferecer informação sistematizada e ágil a respeito da paralisação de suas atividades".

Além do flagrante desconhecimento em matéria de direito constitucional evidenciado pelo texto da IN n.º 54, o Ministério da Economia se esqueceu de que já existe um órgão encarregado desse tipo de trabalho, que é a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). E ainda relegou para segundo plano o fato de que, se a greve é um direito constitucional, é um atentado contra a lógica jurídica tentar punir administrativamente quem planeja uma greve ou, então, quem participa de uma greve tida como legal pelos tribunais.

Ministério da Economia recorreu a instrução normativa para limitar direito constitucional

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

E as expectativas fiscais? (Artigo)

**Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco
Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio**

De nada adiantará um BC autônomo se o arcabouço fiscal continuar frágil

Desde meados da década de 90, os arcabouços monetário e fiscal têm evoluído no Brasil em ritmo muito desigual. Enquanto o BC (Banco Central) -a partir da adoção do câmbio flutuante e do regime de metas de **inflação**- passou a ter um objetivo claro e a ser responsabilizado por suas decisões, a condução da política fiscal, apesar de evoluções como a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a regra do teto de gastos, é bastante frágil.

Os freios e contrapesos para arroubos fiscais estão bem menos institucionalizados do que deveriam estar.

A palavra "transparência" assume significados diferentes para as autoridades monetárias e fiscais. Para o BC é um meio para um fim: quanto melhor o público entender e antecipar as escolhas da política monetária, mais as expectativas estarão ancoradas nas metas, e maior será sua eficácia.

Já nas matérias fiscais, o termo "transparência" tende a significar a adoção de princípios contábeis geralmente aceitos e a condução da política dentro das regras do momento. Não parece ser prioridade ajudar o público a formar expectativas sobre as trajetórias futuras dos gastos e **tributos**, muito menos sobre a forma como as regras e a dívida pública são sustentáveis ao longo do tempo.

Nada mais exemplificador do que o momento atual.

Diante de uma **inflação** que se mostrou muito mais persistente do que julgava, o BC acelerou o ritmo de alta da Selic e endureceu seu discurso para retomar sua credibilidade. Se a autoridade monetária perder o teto da meta pelo segundo ano consecutivo em 2022, terá um árduo trabalho para esclarecer como atingirá de 2023 em diante.

Já no que tange à chamada "chuva de meteoros" dos precatórios e à intenção de mais do que dobrar o Bolsa Família, não vemos compreensão sobre as causas do temor suscitado nos mercados nem ações para evitá-lo. O pensamento é simplista: se a arrecadação está "bombando" e as regras até o momento estão sendo mantidas, tudo não passa de especulação ou ruído eleitoral.

Grave engano. O compromisso de consolidação das contas públicas está sendo seriamente questionado.

Para acomodar o Bolsa Família turbinado, despontam ideias como a criação de um fundo "extrateto" ou a retirada dos precatórios do teto de forma retroativa, abrindo um espaço arbitrário no teto. O novo programa social também coloca em risco a LRF, uma vez que não se sabe ao certo se a fonte de recurso da nova despesa (tributação dos dividendos) será aprovada pelo Congresso.

Concomitantemente, a **reforma tributária** surge tão apenas para permitir o reajuste da tabela do imposto de renda e encontrar a forma de financiar o novo Bolsa Família. Pouco parece importar a provável redução da carga tributária federal resultante das negociações. Enquanto as metas de **inflação** não estão sujeitas a mudanças por uma questão de conveniência, as metas de primário perderam sua razão de ser.

E a questão continua: como a dívida de um país que tem um potencial de crescimento menor do que sua taxa de juro real pode se estabilizar sem resultados primários?

Em alguns momentos, aqueles que deveriam prezar pelas regras e metas revelam não entender o que elas significam. Se a arrecadação está R\$ 200 bilhões acima do valor previsto, nós temos os recursos do Bolsa Família, dizem. E o teto? E a LRF? Da mesma forma, o envio de um Orçamento, que não considere as discussões já públicas será visto apenas como peça de ficção e não tranquilizará os mercados, como se supõe.

De um lado, a incerteza sobre o sistema tributário paralisa as decisões de poupança, investimento e consumo. É só uma questão de tempo para a arrecadação dar sinais de fadiga e a culpa ser atribuída aos juros mais altos.

De outro lado, a falta de confiança na consistência intertemporal dos gastos públicos traz de volta o temor da dominância fiscal. Considerando-se o alto estoque da dívida, o encurtamento de seu prazo e uma parcela cada vez maior indexada à taxa de curto prazo, os aumentos na Selic podem acabar gerando indagações sobre sua solvência. A percepção de risco do país se eleva, o câmbio sofre depreciação, e a **inflação** sobe. A política monetária, de repente, se torna contraproducente.

De nada adiantará um Banco Central autônomo se o arcabouço fiscal continuar frágil e sujeito aos ciclos eleitorais. Infelizmente, não há lei que torne a política fiscal autônoma. O que se pode esperar é que os responsáveis pela sua execução estejam em alerta e deem as sinalizações adequadas para a sociedade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

49

Perda de confiança do mercado resulta da incerteza política (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Deputados propõem prorrogar desoneração da folha até 2026

FERNANDA TRISOTTO

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Tributação justa para os gigantes digitais (Artigo)

**David Soares (@davidbrsoares) é deputado federal
(DEM-SP)**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com arrecadação em alta, Guedes reafirma defesa da reforma

Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro, Anais Fernandes

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Bolsa e dólar ampliam alívio com cenário local

Olívia Bulla, Gabriel Roca, Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Felipe Saturnino De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990

Bolsonaro confia estar governando uma República dos Bananas

Quando os governadores se reuniram na segunda-feira, a partir de Brasília, um pedido de impeachment do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, enviado ao Senado por Jair Bolsonaro, esperava na gaveta por uma resposta do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Em São Paulo, um coronel da ativa, comandante de sete batalhões com 5 mil homens da Polícia Militar em 78 municípios do estado era afastado pelo governador João Doria (PSDB).

Leia também : Bolsonaro venceu a batalha de Formosa

Ele se manifestara politicamente, o que é vedado aos militares, atacando o STF e o próprio Doria e insuflando, nas redes sociais, a participação em atos bolsonaristas previstos para 7 de setembro. O risco de ruptura ocupava as mentes de figuras de proa do Judiciário, do Legislativo e até do Executivo. Daí por que o encontro de governadores que previa discutir temas mais práticos, como a **reforma tributária**, acabou girando em torno das ameaças à democracia feitas por Bolsonaro. Mal se começou a discutir a ideia de uma carta conjunta contra os arroubos golpistas do presidente, a coisa desandou.

O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés (PSL), apelou para a abertura de um diálogo com o presidente. O mineiro Romeu Zema (Novo) completou:

- (Se) ficar mandando pedra mais uma vez, nós vamos cair nessa vala da polarização de que estamos só seguindo caminhos opostos e cada vez mais distantes.

E mais : Amigos da família Bolsonaro são premiados com cargos da Polícia Federal no exterior

Ronaldo Caiado (DEM), de Goiás, apoiou. Não adiantou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PSB), apelar, dizendo que "o silêncio pode significar a omissão dos bons" ou mesmo conivência. Nem lembrar que, passado o golpe de 1964, "todos os governadores sofreram, sem exceção, inclusive os que haviam apoiado a ruptura antidemocrática".

Ao final, a carta enfática em defesa da democracia virou um pedido de reunião com Jair Bolsonaro. Ele, porém, deu de ombros. Por meio de seus ministros palacianos, já mandou dizer que só se encontrará com governadores aliados, porque não quer dar palco para

os outros fazerem proselitismo em cima dele. Ou seja, mandou a proposta de diálogo para a "vala da polarização".

No Senado, no dia seguinte, o procurador-geral da República, Augusto Aras, protagonizou um espetáculo. Disse que bate, sim, no presidente da República, mas listou uma série de apurações internas que não deram em nada. Para justificar por que afinal não aplicou sequer uma multa a Bolsonaro por não usar máscara e promover aglomerações na pandemia, Aras lançou uma pérola:

Veja mais : Em pedido de liminar ao STF, subprocuradores acusam Aras de interceptar notícia-crime contra si próprio

- Não tenho dúvida da ilicitude, de que há multa, mas também não tenho dúvida de que, num sistema em que vige o Direito Penal despenalizador, falar em crime pode ser extremamente perigoso.

Ora, o que pode haver de perigoso em aplicar a lei? Se o próprio procurador-geral da República opinou em processos no STF a favor de multas e sanções para quem desrespeitasse a obrigatoriedade do uso da máscara? Talvez a melhor resposta esteja no termo "perigoso". Para Aras, é perigoso afrontar o "sistema e criminalizar a política", mesmo que os políticos cometam crimes.

Os governadores voltaram a seus dilemas locais, buscando formas de monitorar e evitar maiores problemas no 7 de setembro. O procurador-geral da República saiu do Senado reconduzido, alisado e bajulado indistintamente por governo e oposição. Pelo menos o senador Rodrigo Pacheco rejeitou o pedido de impeachment do ministro Moraes, como esperado. Com seu gesto, jogou água na fervura da crise, mas sabemos que o alívio só dura até a próxima provocação.

PGR : O aceno de Augusto Aras à cúpula da CPI da Covid

A raiz do problema, porém, permanece. Parece que se estabeleceu um consenso tácito - em estrato relevante da classe política e do próprio sistema de Justiça - de que realmente é perigoso seguir a lei no Brasil. Que é perigoso se posicionar a favor da democracia. Que é

melhor não irritar o presidente da República para não causar ainda mais tumulto.

Parecem confortáveis numa espécie de acomodação bem abrazeirada, em que as mesmas pessoas que num dia garantem não haver risco de golpe, no dia seguinte afirmam que afrontar Bolsonaro seria "perigoso". Vamos ignorá-lo, sugerem alguns. Vamos contê-lo, promete o Centrão, que a cada semana recebe uma prova de que não está dando muito certo. Só não vamos provocar o maluco. É perigoso.

Enquanto isso, Bolsonaro segue seu jogo, que - admitamos - é transparente e aberto. E que dificilmente chegará ao almejado golpe, mas fará muito estrago no caminho. Vai ver estamos esperando muito de nossas lideranças políticas, e quem está certo é o presidente, que obviamente confia estar comandando não uma República de bananas, mas sim a República dos bananas.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/bolsonaro-confia-estar-governando-uma-republica-dos-bananas.html>

Como remover Bolsonaro rapidamente e evitar um impeachment paraguaio

OPINIÃO

Leonardo Avritzer

A crise do governo Bolsonaro, apesar de terminal, não irá transcorrer suavemente no que diz respeito às regras do jogo democrático. A perda do apoio da classe média com alta escolaridade em 2020, das corporações estatais ao longo de 2021 e do mercado financeiro nas últimas semanas expressa tanto uma mudança de posição em relação à disputa política no Brasil quanto o fracasso da patética aliança entre liberais e a corporação militar. Nem o vasto programa de benefícios corporativos parece, neste momento, capaz de estancar a crise do bolsonarismo, que apelou para a única ideia constante no seu vocabulário político: a ameaça do golpe militar ou da desestabilização das instituições democráticas.

O colapso da aliança militar-liberal (um termo surreal que descreve o atual governo em decomposição acelerada) coloca, de um lado, aqueles que querem o fim rápido do governo e, de outro, aqueles que se assustam em ter de avalizar um programa de ameaças à democracia que ainda assim não parece ser capaz de sustentar o governo do capitão presidente. Assistimos, desde 2016, uma tentativa de cooptação dos membros das chamadas carreiras de elite do estado, aí incluídos o Ministério Público Federal (MPF), a Advocacia Geral da União (AGU) e corporações de segurança, além da alta oficialidade das Forças Armadas. Todos esses grupos foram beneficiados com fortes aumentos reais de salário desde 2016 e alguns desses aumentos foram exponenciados depois de 2019, como foi o caso da Polícia Militar e dos bombeiros do Distrito Federal no ano passado, com impacto em diversas outras polícias militares.

Ainda assim, com exceção de alguns setores da AGU e das Forças Armadas, tudo indica que as benesses financeiras não foram suficientes para cooptar setores que necessitam da existência de um estado estruturado capaz de realizar políticas públicas para alcançarem os objetivos da carreira. Até mesmo entre as Forças Armadas foi possível ver, no patético desfile de setores da marinha em frente ao Palácio do Planalto em 10 de agosto, um nível inédito de degradação dos equipamentos. Isso sugere que uma política de benesses corporativas tem o seu limite na

degradação estatal, mesmo entre esses setores. Assim, resta a Bolsonaro apelar ou tentar mobilizar alguns setores das Forças Armadas e das Polícias Militares, aqueles que topam apostar na quebra da hierarquia e no caos.

É importante analisar o último setor significativo da sociedade brasileira que parece estar, neste momento, retirando seu apoio ao bolsonarismo: o mercado financeiro. Ainda impressiona o fato de as forças do mercado terem apostados todas as suas fichas em um presidente que não gera qualquer nível de previsibilidade aos atores econômicos. Pelo contrário, Paulo Guedes e sua liderança sobre setores "lúmpen empresariado nacional" parecem cada vez mais frágeis. Os resultados da política de Guedes são bem conhecidos: a volta da **inflação**, a explosão do preço da gasolina e do gás de cozinha, políticas erráticas no Congresso Nacional, como a **reforma tributária** que ali tramita. Agora que o mercado financeiro se retira da aliança bolsonarista, ele o faz com uma pressa inédita. O mercado não teve pressa enquanto uma parte substancial do estado brasileiro estava sendo desmontado, ou nos 196 dias nos quais morreram mais de mil pessoas de Covid no país, mas ele tem pressa de se livrar de Bolsonaro e essa pressa influencia o sistema político. De minha parte, acho que o Brasil deve ter pressa em se livrar de Bolsonaro, porque ele planeja o enfrentamento total com as instituições democráticas.

Jair Bolsonaro nunca foi um democrata e quando ele fala de democracia nos lembra uma concepção pessoal de instituições do antigo regime francês. Ele reitera essa concepção quando diz "eu sou a constituição" ou no famoso mote "o meu exército." Desde o início da pandemia, Bolsonaro radicalizou o seu discurso antidemocracia. Ao longo dos primeiros noventa dias da crise sanitária, nos sete eventos seguidos realizados pelo capitão em público e sem máscara, ele subiu o tom e passou a falar em intervenção militar. Nada, porém, se compara ao destempero das ameaças proferidas contra as eleições de 2022 e, agora, às ameaças de fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) ou ao pedido de impedimento do ministro Alexandre Moraes. Tudo indica que a continuidade de Bolsonaro na presidência ameaçará o processo eleitoral do ano que vem e até mesmo a democracia no país, uma vez que o capitão fareja a sua derrota e pretende criar o caos político

antes de sair. Daí a necessidade de examinar as formas de remoção do presidente e sua rapidez.

O Brasil possui três formas constitucionais de remover o presidente: a cassação da chapa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o indiciamento do presidente por crime comum pelo STF a partir da autorização de dois terços da Câmara e o impeachment presidencial. Cada uma delas tem uma velocidade própria e está ligada a um tipo específico de ritual. No caso do impeachment, como se sabe, o processo brasileiro é o mais unipessoal entre os sistemas presidencialistas e só evolui se o presidente da Câmara estiver de acordo. Arthur Lira, em função da nomeação de cargos e troca de favores com o governo Bolsonaro, não tem propensão a colocar um processo de impeachment em movimento.

Mas vale a pena prestar atenção aos detalhes. Muitos analistas afirmam, erroneamente, que o centrão é um grupo cujo apoio está à venda. Essa é uma interpretação equivocada. O centrão nunca se vende, ele apenas se aluga com tendência a rompimento antecipado de contrato. Assim, não podemos excluir a possibilidade do centrão desembarcar do governo Bolsonaro e que o impedimento do presidente avance pela via legislativa, ainda que tal possibilidade pareça improvável.

As duas outras vias disponíveis são judiciais, uma envolve o TSE e a outra envolve o STF. No caso do TSE, o instituto da cassação do mandato tem prosperado desde a última década, na mesma medida em que a judicialização da política avançou no país. Essa via envolve a possibilidade da cassação da chapa com remoção tanto do presidente como do vice. Vale a pena observar que essa é uma via frágil e tardia. Frágil porque é quase impossível remover um presidente que acabou de ser eleito, a não ser que as evidências de fraude sejam abundantes. Sobra uma segunda possibilidade: a de remoção dos eleitos por quebra da preceitos legais durante o processo eleitoral. Essa é uma via longa que apenas se viabiliza quando ela se conecta com uma forte impopularidade do eleito, uma vez que é quase impossível remover um presidente eleito por technicalidades no processo eleitoral. O TSE, durante a eleição de 2018, aceitou quatro processos contra a "Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", que foram associados, mas que até hoje não foram julgados no mérito. Tudo indica que esses processos avançam apenas quando ocorre a presença de forte deslegitimação política do eleito, apesar de até hoje nenhum presidente ter sido removido por esse método. Assim, apesar de essa ser a via mais rápida de remoção do presidente, suas características a tornam improvável e politicamente problemática

Por fim, temos um último instrumento de afastamento do presidente por crime comum, hipótese tratada pelo artigo 86 da Constituição de 1988. Já na sua abertura, esse artigo requer a autorização da Câmara dos Deputados com maioria qualificada de 2/3 dos seus integrantes, mas não requer a concordância do presidente da Câmara. A Constituição determina que ele coloque o pedido de processo por crime comum em votação. Caso a Câmara aceite o pedido, o presidente estará suspenso do exercício do seu mandato por 180 dias. Vale a pena acrescentar que essa pode ser uma forma rápida de remoção do presidente que combina a legitimidade de dois poderes, o judiciário e o legislativo. As investigações do ministro Alexandre Moraes sobre fake news e atos antidemocráticos caminharam rapidamente e é possível torná-las um foco de remoção do presidente. Não bastasse isso, se os indícios de prevaricação na compra de vacinas apontados na Comissão Parlamentar de Inquérito se confirmarem na investigação da Polícia Federal, há um segundo caminho para apresentação de denúncia à Câmara. Ambas funcionariam no provável caso de tentativa presidencial de instaurar o caos no sistema político e nas ruas.

O caminho de impedimento de Bolsonaro por crime comum evita o que denomino de "impeachment Paraguai", uma via expressa de interdição do presidente quase sem direito de defesa. Vale lembrar que o impeachment de Fernando Lugo foi aberto no dia 15 de junho de 2012 e votado no dia 22 de junho, sete dias depois e com apenas quatro votos a favor do presidente. O Brasil não pode seguir essa via e tampouco pode esperar. Assim, a realização de procedimentos criminais no STF parece ser a via que melhor oferece a alternativa de uma remoção rápida. Ela tem a vantagem adicional de uma legitimação via câmara já que o impeachment nunca perde suas características políticas.

No Brasil atual, há ainda caminhos possíveis para um impedimento de Bolsonaro. Abrir mão de tomar esses caminhos abre espaço para duas ameaças que pairam sobre o sistema democrático: a deslegitimação do processo eleitoral de 2022, que pode ter consequências dramáticas, e o caos que as formas de mobilização de corporações com pouco controle hierárquico como as polícias militares pode provocar. Um impeachment com bases legais bem estabelecidas terá custos menores do que uma eventual interrupção de mandato às presas em situação de perda total de apoio pelo presidente, e decisivamente menores do que o caos que Jair Bolsonaro se prepara para instaurar no país.

Leonardo Avritzer é professor de ciência política na UFMG, coordenador do INCT - Instituto da

Democracia e da Democratização da Comunicação e autor de diversos livros, entre eles Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política, Pêndulo da Democracia e Participatory Institutions in Democratic Brazil.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/a-cara-da-democracia/2021/08/26/como-remover-bolsonaro-rapidamente-e-evitar-um-impeachment-paraguaio.htm>

Reforma de imposto fará empresas na Bolsa entrarem na Justiça, diz entidade

João José Oliveira

A última versão da **reforma tributária** que aguarda votação no Congresso não simplifica o sistema tributário sobre as empresas, vai aumentar a busca da Justiça para solução de conflitos e pode prejudicar a capacidade de investimento das companhias já em 2022, afirma Eduardo Lucano, presidente da Abrasca, Associação Brasileira das Companhias Abertas.

A entidade, que representa as maiores empresas que têm ações e que são responsáveis por 85% do volume de negócios na Bolsa brasileira, defende mudanças no texto para evitar que a **reforma tributária** piore o sistema de **impostos** sobre o setor produtivo -em vez de aperfeiçoá-lo.

O presidente da Abrasca diz que a **reforma tributária** como está colocada pode provocar redução de investimentos por parte das empresas por dois motivos: taxar os dividendos em 20% (hoje são isentos); e acabar com os juros sobre o capital próprio (JCP).

Juros sobre capital próprio representam um instrumento contábil usado pelas empresas para calcular quanto custa a utilização dos próprios ativos (imóveis, maquinários, etc) para produzir algo. É calculado como se fosse uma taxa de juros de um empréstimo. E, como o custo de uma dívida, servem também para abater parte do Imposto de Renda a pagar. Mas para ter esse abatimento, a empresa precisa repartir parte do lucro com os acionistas. Veja mais detalhes aqui .

Dividendos também são usados pelas empresas para distribuir parte dos lucros aos acionistas. Os dividendos são calculados após o resultado final do balanço, ou seja, em relação ao lucro líquido. Veja mais detalhes aqui .

Veja abaixo os principais trechos da entrevista com Eduardo Lucano, presidente da Abrasca.

UOL: A **reforma tributária** vai estimular a produção e os investimentos das empresas no Brasil?

Eduardo Lucano : Do jeito que está, esse projeto vai gerar mais judicialização porque reduz a segurança jurídica sobre a tributação dos lucros acumulados até

2021, além de complicar o planejamento dos investimentos para o ano que vem. Essa reforma, como proposta, não simplifica o sistema tributário e abre espaço para questionamentos na Justiça.

Pode dar alguns exemplos?

Um ponto que gera espaço para questionamentos, por exemplo, é a cobrança de Imposto de Renda na Fonte (IRRF) sobre lucros acumulados até 2021, que já foram tributados à alíquota de 34%. Isso vai estimular o endividamento para distribuição de dividendos em 2021 e ainda vai gerar contencioso, ou seja, discussão na Justiça.

Nossa proposta é preservar a isenção para lucros acumulados até 2021 e criar regra de transição para dividendos de 2022 em diante, para não frustrar expectativas de arrecadação.

O ministério da Economia alega que os JCP podem acabar porque não se mostraram úteis como forma de redução do endividamento das empresas e que a tributação sobre os dividendos vai estimular o reinvestimento por parte das empresas nos negócios.

Sobre os JCP, tivemos um bom diálogo no começo com o governo, quando mencionaram estudos que os JCP não teriam funcionado no Brasil.

Nós nos debruçamos sobre esses estudos e vimos dois pontos que deveriam ser questionados nessas conclusões. Primeiro, são estudos antigos.

Os JCP foram criados nos anos 1990, mas passaram a ser usados mesmo após 2003, quando a economia decolou. Os estudos não consideraram resultados mais recentes.

Outro problema é que a metodologia dos estudos do governo considera uma média geral das empresas, sem levar em conta setores ou portes de cada uma.

Fizemos então com a FGV um estudo econométrico , considerando o histórico mais recente e comparando os resultados por pares de empresas de mesmo perfil, de mesmo porte.

E a conclusão foi que os JCP ajudaram sim a reduzir o nível de endividamento das empresas (veja abaixo).

Nossa proposta é aprimorar os JCP em vez de acabar com eles.

E sobre a tributação dos dividendos? O ministério da Economia diz que a tributação sobre dividendos vai ser compensada com a redução do Imposto de Renda, gerando impacto neutro em termos de carga tributária.

Temos aí um primeiro questionamento, que é a vinculação da redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da CSLL à arrecadação tributária, mas com tributação imediata sobre dividendos a 20%.

Isso torna a carga imprevisível, gerando mais instabilidade no ambiente de negócios no país, mais contencioso, afugentando investidores. Nossa proposta é não vincular uma coisa à outra e avaliar outras opções para amenizar a preocupação dos estados e municípios.

E sobre os dividendos, concordamos em tributá-los, mas precisa haver equilíbrio entre a tributação sobre o capital produtivo e o capital financeiro.

Como assim?

A reforma propõe tributar os dividendos em 20% e as aplicações de renda fixa em 15%. Você está tributando mais o capital produtivo que o capital financeiro.

Lá fora, é o oposto. Na média, os Estados Unidos, tributam os dividendos em 23,8%, mas a renda fixa em 40,8%. No México, para ter um exemplo mais parecido com o Brasil, a renda fixa é tributada em 35%, e os dividendos em 17%.

É preciso uniformizar alíquotas de dividendos e aplicações financeiras em 15%, atingindo neutralidade fiscal a fim de que as decisões de investimento não sejam afetadas por aspectos tributários.

Outra questão é a tributação de dividendos pagos a coligadas com menos de 20% de capital votante, o que prejudica companhias com capital distribuído entre várias empresas.

Nossa proposta é simplesmente não cobrar dividendos distribuídos entre pessoas jurídicas de um mesmo grupo econômico no Brasil, independentemente do percentual de participação no capital.

Então, da forma como está a redução do Imposto de Renda sobre as empresas, não está compensando o fim dos JCP e a tributação dos dividendos?

Poderia compensar, mas não da forma como está.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/26/reforma-tributaria-reduz-seguranca-juridica-diz-grupo-de-empresas-abertas.htm>

ICMS de 14 produtos será reduzido



Samanta Sallum

A cesta básica no Distrito Federal vai ficar mais gorda. Serão incluídos mais 14 itens alimentícios e também de higiene. Isso significa que esses produtos terão o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) automaticamente reduzido para 7%. Os que farão parte da cesta, atualmente têm alíquotas entre 12% e 18% de imposto.

Por determinação do governador Ibaneis Rocha, o GDF vai encaminhar, nos próximos dias, um projeto de lei à Câmara Legislativa, com a nova lista de produtos que passarão a fazer parte da cesta básica. Peixes, carnes e leite de caixinha devem ser incluídos. Itens de higiene pessoal, como absorvente, também.

Ibaneis sinalizou a medida e fontes ouvidas pelo Correio confirmaram. "O governador está preocupado com a questão social e a decisão é para tornar mais acessível o alimento à população mais vulnerável, combatendo, assim, a fome que vem atingindo famílias brasilienses", explicou o secretário de Economia, André Clemente.

O Executivo local vem realizando um plano de medidas de impacto econômico para reduzir a pressão inflacionária na capital federal. Essa semana, projeto de lei que reduz o ICMS dos combustíveis foi enviado para a Câmara Legislativa (CLDF).

O secretário confirmou que está sendo elaborada a minuta do projeto da cesta básica e estão sendo definidos os 14 itens da lista que serão incorporados. "Com essa medida pensada pelo governador, aliada também à redução do ICMS dos combustíveis, acreditamos que o resultado será muito positivo para a economia e para o social no DF", reforçou Clemente. Em junho, o café já tinha sido incluído na cesta básica

do DF. Os deputados distritais aprovaram a proposta do GDF, que reduz para 7% o produto a partir de janeiro de 2022.

A outra proposta para reduzir em 3% a alíquota do ICMS sobre os combustíveis em três anos está sendo preparada. Atualmente, a porcentagem do ICMS que recai sobre esse produto no DF é de 28% para gasolina ou etanol e de 15% para diesel. A renúncia do valor proveniente das alíquotas seria de R\$ 345 milhões no período. Por enquanto, o texto do projeto de lei está na Casa Civil, para análise. A expectativa é de que chegue à Câmara nos próximos dias.

Interlocutores destacam que a medida visa cumprir uma promessa de Ibaneis Rocha de reduzir as alíquotas do ICMS a níveis anteriores aos do governo de Rodrigo Rollemberg (PSB). No governo do antecessor, as alíquotas estavam nas mesmas porcentagens atuais.

As alíquotas são **tributos** com valores fixos ou porcentagens que influenciam no cálculo do ICMS. O imposto final é resultado do preço do bem multiplicado pela alíquota praticada na respectiva unidade da Federação. A alta no preço dos combustíveis, de acordo com Ibaneis, não é culpa dos governadores, mas da crise econômica e dos reajustes da Petrobras. A política da estatal atualmente permite a atualização dos preços de acordo com as variações verificadas no mercado internacional.

Sem funcionários CLT, Precisa assinou contratos de R\$ 1,6 bi

Julia Affonso / BRASÍLIA

A Precisa Medicamentos, que atuou como representante no Brasil da produtora da vacina indiana Covaxin, não declarou ao governo federal, em dezembro do ano passado, nenhum funcionário celetista. O dado, obtido pelo Estadão via Lei de Acesso à Informação (LAI), reforça as suspeitas sobre a empresa que, no governo Jair Bolsonaro, já fechou ou intermediou contratos que somam R\$ 1,67 bilhão.

Para fechar um contrato com o governo federal, uma empresa não tem, obrigatoriamente, de contratar empregados celetistas.

Mas, segundo investigadores e auditores ouvidos pela reportagem, é "atípico" e "estranho" uma companhia envolvida em um acordo bilionário com a administração pública não ter funcionários contratados em regime CLT.

Em fevereiro, o Ministério da Saúde fechou contrato de R\$ 1,6 bilhão com a Precisa para compra de 20 milhões de doses da Covaxin. O valor por dose (US\$ 15) era o mais caro dos seis imunizantes que o País havia comprado. O negócio se tornou alvo de diferentes investigações por suspeita de irregularidades e corrupção e, em junho, após recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU), a Saúde suspendeu o contrato. Além da CGU, o contrato da Precisa com o ministério entrou na mira da CPI da Covid, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal (MPF) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Precisa Medicamentos é controlada por Francisco Emerson Maximiano. Conhecido como "Max", o empresário foi questionado sobre o regime de trabalho de seus funcionários durante depoimento na CPI da Covid. O presidente da comissão, Omar Aziz (PSD-AM), quis saber se todos os empregados contratados eram autônomos e se havia celetistas. "Não são todos autônomos, não", limitouse a responder o empresário.

Segundo dados obtidos pela CPI, a Precisa faz parte de uma rede de empresas que movimentaram milhões nos últimos anos. Max, no entanto, disse não saber exatamente a quantidade de companhias que controla.

"Honestamente, o receio é de informar que são oito e,

porventura, serem nove ou sete." A CPI da Covid investiga transações milionárias "atípicas" do dono da Precisa.

Max assumiu a Precisa em 2014. A empresa nunca havia atuado no mercado de vacinas antes de tentar importar a Covaxin, o que também levantou suspeitas.

A reportagem solicitou ao Ministério da Economia, via LAI, os números de empregados, admissões e demissões registrados pela "filial" da Precisa responsável pelo negócio da Covaxin até 31 dezembro do ano passado - último dado disponível.

Esse tipo de informação consta da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos informados por empresas à pasta. "Após pesquisas em nossos bancos de dados Rais/Caged, não localizamos nenhuma declaração para o estabelecimento Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.", informou o ministério.

Polícia e Ministério Público costumam usar a Rais em investigações.

O levantamento, junto com quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático, auxiliam investigadores a identificar se uma companhia tem ou não estrutura suficiente para prestar determinado serviço.

A reportagem também pediu, ao Ministério da Economia, o número de vínculos empregatícios ativos informados pela matriz da Precisa. Empresas que têm matriz e filial devem declarar a Rais separadamente.

Entre 2018 e 2020, a matriz notificou zero funcionário à pasta. Em 2014, ano em que Max assumiu a empresa, havia dois vínculos ativos. No ano seguinte, 24 e, em 2016, a Precisa declarou seis funcionários CLT. Os anos em que a empresa declarou o maior número de vínculos empregatícios ativos foram 2012 (41) e 2013 (38).

Por meio de uma rede social corporativa, a reportagem localizou 11 trabalhadores que se identificaram como funcionários da Precisa Medicamentos.

Deste total, oito informaram em seus perfis terem começado a trabalhar na empresa a partir de

novembro do ano passado, quando começaram as negociações com o Ministério da Saúde para importação da Covaxin.

Ouvidos na comissão do Senado, a farmacêutica Emanuela Medrades e o advogado Tulio Silveira se identificaram como empregados autônomos da Precisa Medicamentos.

O quadro de dirigentes da Precisa foi sendo montado ao longo da CPI da Covid, criada em abril deste ano. Emanuela Medrades relatou que Felipe Maximiano, filho de Max, atua "na parte financeira" e que o empresário Danilo Trento é diretor institucional da companhia.

"Ele (Trento) responde diretamente à presidência. Eu não consigo te definir agora o caráter, o detalhe", disse a farmacêutica, que é diretora executiva da empresa, ao relator da CPI, Renan Calheiros (MDBAL), em depoimento em julho.

Dados. Para o ex-ministro da CGU Valdir Simão, as informações da Rais/Caged são essenciais para conhecer o histórico das empresas. "Pode acontecer, dependendo do perfil da empresa, não ter empregados?

Pode. Mas não me parece que, no caso de bens assim, que seja algo aceitável", afirmou.

Simão observou ainda que é fundamental para a administração pública verificar e cruzar informações como número de empregados da empresa, dados sobre **impostos** pagos, tempo de existência, cumprimento de outros contratos públicos, punições, advertências e multas.

"Com base em todas essas informações, o governo hoje tem ferramentas poderosas de monitoramento.

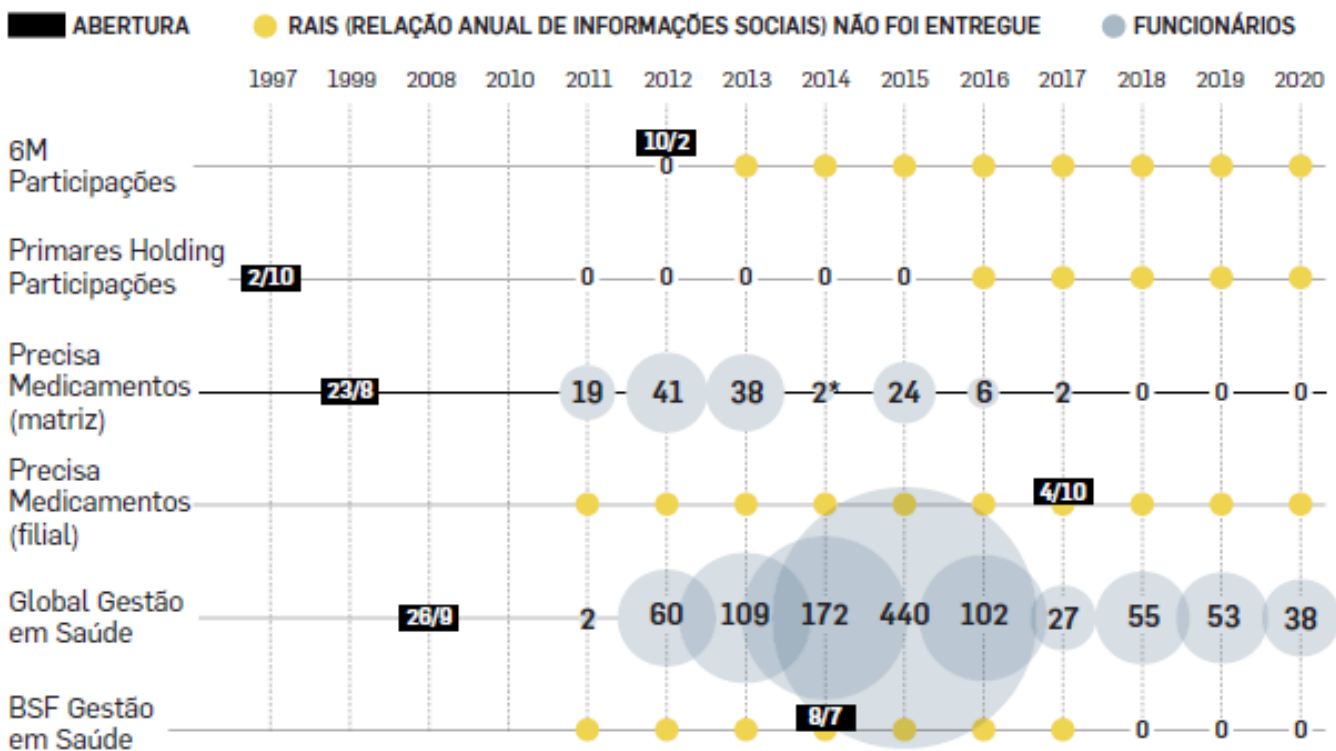
Os alertas precisam chegar a tempo dos órgãos que são os contratantes", disse o ex-ministro.

A defesa de Francisco Maximiano não respondeu aos contatos da reportagem.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EMPRESAS

Os funcionários CLT das companhias controladas pelo empresário Francisco Maximiano



oBS.: NÃO FOI LOCALIZADA NENHUMA DECLARAÇÃO PARA O ESTABELECIMENTO PRECISA COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA, NO PERÍODO DE 2011 A 2020; *ADQUIRIDA POR FRANCISCO MAXIMIANO

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA/LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Segurar verba da ciência é 'sabotagem', diz Davidovich

Gabriel Vasconcelos e Rafael Rosas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Ministro prevê um novo "meteoro" de R\$ 200 bi

Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta, Beatriz Olivon

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Em defesa das instituições



» JORGE VASCONCELLOS

Os nove governadores do Nordeste divulgaram uma carta reforçando que as instituições da região "cumprirão a missão de proteger a ordem pública" e "não participarão de qualquer ação que esteja fora da Constituição". De acordo com os gestores, não será permitido "que atos irresponsáveis tumultuem o Brasil". A iniciativa reflete a preocupação com a possibilidade de ocorrerem motins e outras manifestações de indisciplina entre policiais militares no 7 de Setembro. Nos últimos dias, PMs foram às redes sociais para convocar os colegas de farda a participarem dos atos marcados para o feriado em favor do presidente Jair Bolsonaro e contra o Supremo Tribunal Federal (STF). O temor é ainda maior entre os estados nordestinos, majoritariamente administrados por opositores do Executivo federal.

Organizadores dos atos, como o cantor Sérgio Reis, passaram a ser investigados pela Polícia Federal depois que fizeram ameaças contra instituições, como o STF e o Congresso. Em um despacho, a Procuradoria-Geral da República classificou essa mobilização como uma "tentativa de levante".

Nesta semana, governadores de 25 estados e do Distrito Federal aprovaram um pedido de reunião com os chefes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e das Forças Armadas. O objetivo é baixar as tensões e discutir uma solução para a crise entre Poderes, provocada pelos repetidos ataques de Bolsonaro ao processo eleitoral - o encontro com o presidente, no entanto, tem poucas chances de ocorrer (leia reportagem ao lado).

A carta foi divulgada durante reunião em Natal, organizada, também, para o lançamento de um programa social do Nordeste. No texto, os governadores conclamam "a sociedade e as

instituições a uma atitude firme em defesa da legalidade e da paz". Segundo os gestores, "somente assim o Brasil terá condições de combater a inflação, o desemprego e a pobreza, que crescem nos lares das famílias da nossa nação".

O governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias (PT), ressaltou que a estabilidade democrática é fundamental para o país vencer os desafios mais urgentes. "Aprovamos a Carta de Natal, em que manifestamos, pela Região Nordeste, por meio dos governadores e das governadoras, o compromisso pela defesa da democracia, do cumprimento da Constituição e da lei, com a firmeza de defender, assim, os interesses do nosso povo, para que possamos, com democracia, seguindo o cumprimento da Constituição e da lei, alcançar, também, grandes resultados no social e no econômico", destacou.

Signatários

Além de Wellington Dias, assinam a Carta de Natal os governadores de Alagoas, Renan Filho (MDB); Bahia, Rui Costa (PT); Ceará, Camilo Santana (PT); Maranhão, Flávio Dino (PSB); Paraíba, João Azevedo (PSB); Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT); e as vice-governadoras de Pernambuco, Luciana Santos (PCdoB), e de Sergipe, Eliane Aquino (PT).

Guedes: "Qual o problema?"

ROSANA HESSELFERNANDA FERNANDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, minimizou a crise hídrica, que está ajudando a pressionar a **inflação** e fazendo o Banco Central aumentar os juros - o que pode prejudicar a retomada da economia. "Qual é o problema agora se a energia vai ficar um pouco mais cara?", questionou Guedes, na Câmara dos Deputados, durante evento de lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Segundo o ministro, a economia vai bem e é preciso "tapar os ouvidos" para a gritaria por conta da antecipação das eleições, porque os fundamentos fiscais "nunca estiveram tão tranquilos".

A alta das tarifas de energia tem sido um dos principais motivos do avanço da carestia, que consome fatias cada vez maiores do orçamento das famílias. Em agosto, de acordo com o IBGE, o IPCA-15, indicador que é uma prévia da **inflação** "oficial", avançou 0,89%, na maior variação para o mês desde 2002.

O setor de habitação segue liderando a pressão inflacionária, com impacto de 0,31% no indicador, principalmente devido à alta na energia elétrica (5%) e do botijão de gás (3,79%). Outro setor que segue pesando no bolso do brasileiro é o de alimentação e bebidas, com impacto de 1,02% no total do índice. No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 chegou a 9,30%, acima dos 8,59% divulgados em julho. E o pior: a pressão inflacionária tem se espalhado para praticamente todos os grupos de consumo, tanto de bens como de serviços.

Perigo

"O espalhamento dessa pressão é perigoso. Quando ela está contida, você entende o porquê de estar ocorrendo o fenômeno, e ele não representa grande agravamento, por ser temporário. Mas quando essa pressão se espalha é um sintoma que merece maior atenção", alertou André Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Inflação faz estrago (Editorial)

A **inflação** está castigando os brasileiros. Independentemente da renda, todos estão sofrendo com a carestia, que está disseminada. Em quatro capitais, os índices captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já passam de dois dígitos e não há perspectivas de melhora nos próximos meses. Alimentos, energia elétrica e combustíveis comandam a destruição do poder de compra da população.

Prévia da **inflação** oficial, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) registrou aumento de 0,89% em agosto, o pior resultado para o mês desde 2002, acumulando alta de 9,30% em 12 meses. As remarcações se mostram tão fortes, que, nos últimos dois meses, nenhuma categoria de trabalhadores teve aumento real nos salários, conforme levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Pelos dados da instituição, em 12 meses até julho, os salários tiveram correção média de 7,6% e a **inflação** usada como referência para as negociações entre empresas e empregados cravou 9,2%.

O resultado disso, acrescenta a Confederação Nacional do Comércio (CNC), é o endividamento recorde das famílias: 72,9% têm débitos a pagar. Não é só. Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que a pobreza aumentou em 24 das 27 unidades da Federação. O maior avanço foi no Distrito Federal. O total de pobres na capital do país saltou de 12,9% para 20,8% da população entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021 - incremento de 7,9 pontos percentuais.

Toda essa deterioração financeira dos brasileiros está se dando em meio a uma grave crise política no país, o que só tende a agravar o quadro. O governo, que deveria trabalhar pesado para amenizar a situação, dá sinais de paralisia. O presidente da República continua no palanque e incendeia o embate com os demais Poderes - em especial, com o Judiciário. A energia que poderia ser dispendida para a execução de políticas sociais está indo pelo ralo. Um absurdo.

Não é possível que a sociedade aceite, passivamente, esse cenário dramático. É urgente um movimento de pressão para que as autoridades reajam aos anseios da população. As perspectivas de a situação sair de controle são grandes, sobretudo, porque está no horizonte um novo racionamento de energia elétrica. Oficialmente, o Ministério de Minas e Energia não

confirma que há riscos gerais de apagões, mas pede à população e às empresas que economizem nas contas de luz.

É impressionante como tudo pode piorar no Brasil - e muito rapidamente. Até algumas semanas atrás, havia uma euforia com as estimativas de o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer mais de 6% neste ano e pelo menos 4% em 2022. Agora, as expectativas para 2021 caminham para 5% e, no ano que vem, para 1%. A tradução mais clara disso é o desemprego elevado e o avanço da pobreza. Ou seja, o caos social.

Crítica a parcelamento

O vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, criticou a proposta do governo de parcelar o pagamento de dívidas judiciais, os chamados precatórios, e defendeu a discussão no Congresso de uma solução alternativa para a fatura, estimada em R\$ 89,1 bilhões para 2022. Ele disse, também, que a opção prevista por integrantes do Executivo de retirar o pagamento desses débitos do alcance do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à inflação) pode resultar em um "desastre".

"Tirar precatórios do teto, na minha forma de ver, é um desastre e não deveria sequer ser discutido", afirmou Dantas, durante painel na Expert XP. "Há outras maneiras inteligentes de lidar com o problema." Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, insista no parcelamento, outros integrantes do governo discutem um "plano B" para resolver o espaço no Orçamento, o que inclui proposta de retirada total ou parcial dos precatórios do teto de gastos.

Crítico dessa alternativa, Dantas também afirmou que o parcelamento é deletério, inclusive para a credibilidade do país perante seus investidores, uma vez que o credor levará 10 anos para receber. "Se vou levar 10 anos para receber da União uma dívida judicial, líquida e certa, que tem capacidade "infinita" de financiamento, como vou comprar dívida do governo?", questionou.

Dantas advertiu também para "consequências políticas" do parcelamento que não necessariamente foram consideradas pela equipe econômica. Ao criar uma ordem decrescente de valor para decidir se a dívida será paga em prestações, os principais credores serão incluídos no parcelamento - o que alcança os precatórios de estados que venceram ações no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a União.

Apenas os estados têm R\$ 15,6 bilhões a receber em 2022, relativos ao Fundef - fundo para o desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério, que vigorou até 2006. "Três estados governados por oposição são atingidos. É uma regra que politiza o debate, que não deveria ser politizado", alertou.

O 7 de Setembro de Bolsonaro - RUY CASTRO

RUY CASTRO

O Brasil de Jair Bolsonaro terá muito a comemorar a sete de setembro: pobreza, corrupção, violência, crime organizado, tráfico de drogas, racismo, homofobia, feminicídios, massacres de indígenas, ocupação de terras demarcadas, desmatamento, queimadas, destruição da natureza, desprezo pelo patrimônio histórico, políticos repulsivos, pastores evangélicos idem e uma certeza geral de impunidade. Sim, são males seculares, endógenos, do Brasil. Apenas, ultimamente, pioraram muito.

Mas há outros intransferíveis, exclusivos do governo Bolsonaro: negacionismo, 600 mil mortes pela pandemia, absoluta falta de compaixão, estímulo ao contágio, sabotagem das medidas de prevenção, venda criminosa de remédios inócuos, falta de programa para o controle da doença e, ao contrário, campanha nacional contra a vacina e a máscara - seguida da descoberta de que a compra de vacinas poderia, quem diria, enriquecer aliados, empresários, políticos, atravessadores e coronéis. Isso só no quesito saúde.

Bolsonaro nos brindou com ainda mais contribuições: prostituição das Forças Armadas, anarquia da PM, aparelhamento da Justiça, desconfiança no processo eleitoral, afrontas ao STF, indústria de fake news com dinheiro público, milícias digitais, súbito prestígio de boçais profissionais (à paisana ou fardados, com ou sem chapéu de caubói), dissolução da cultura, estrangulamento da educação (com a grave possibilidade do fechamento de colégios e universidades), aviltamento do Itamaraty e desmoralização internacional do Brasil.

Em consequência do abandono completo da administração, temos colapso de investimentos, alta do dólar, **inflação** sem controle, disparada dos juros, crise hídrica como se não existisse e benesses bilionárias ao centrão. Isso é que é trair seus eleitores, não?

Claro que, para se safar de, com sorte, 300 anos de cadeia, só resta a Bolsonaro -e a seus filhos calculistas e perigosos- o golpe.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

Com alta na luz, inflação pode encerrar o ano perto de 8%, dizem economistas

Leonardo Vieceli

A crise hídrica prolongada, a maior demanda por serviços e as indefinições na gestão da política fiscal devem forçar novas revisões para cima nas estimativas de **inflação** do país. Diante desse cenário, cresce o número de analistas que veem o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) fechar o ano com variação próxima de 8% no acumulado de 12 meses.

No Boletim Focus, do BC (Banco Central), que consolida análises de mais de 130 casas financeiras, as projeções ainda estão longe desse ponto. No mais recente levantamento, publicado na segunda-feira (23), a mediana do mercado para o indicador oficial de **inflação** era de 7,11% para este ano.

Contudo, os analistas apontam que novas revisões tendem a ocorrer nas próximas semanas, dado o rápido avanço de preços que pesa no indicador. Essa perspectiva ganhou força nesta quarta-feira (25), após a divulgação do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15).

O IPCA-15 sinaliza a tendência para os preços e, por isso, é conhecido como uma prévia do índice oficial de **inflação**, o IPCA. No levantamento de agosto, o indicador acelerou para 0,89%. É a maior taxa para o mês desde 2002, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o resultado, o IPCA-15 chegou a 9,30% no acumulado de 12 meses. Ou seja, registra variação superior à meta de **inflação** perseguida pelo BC para o IPCA. O teto da meta em 2021 é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

O economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), afirma que o IPCA deve fechar o ano abaixo do patamar de 9% por conta de "um efeito base".

"Tivemos um IPCA muito forte no final do ano passado. Essa desaceleração, provavelmente a partir de outubro, é efeito base", sublinha.

Apesar disso, Braz ressalta que o quadro preocupa. Ele projeta **inflação** de 7,8% no acumulado de 2021 e diz que o indicador pode ficar maior, ainda mais

próximo de 8%, em caso de agravamento da crise hídrica e de novos ruídos fiscais envolvendo o governo federal.

"É possível, sim [IPCA de 8%]. Podemos ter novo reajuste na bandeira vermelha patamar 2, e ruídos sobre a política fiscal podem gerar efeitos ainda mais persistentes", comenta Braz.

"A sensação é de um espalhamento da **inflação**. Pobres e ricos estão percebendo a alta. A **inflação** não está mais associada apenas a alimentos. Tem ainda a questão da energia, e os combustíveis seguem bastante pressionados", pontua.

A alta do IPCA-15 em agosto foi puxada pela energia elétrica, que subiu 5%. A conta de luz mais cara é reflexo da crise hídrica, que eleva os custos de geração de energia.

O economista Thiago de Moraes Moreira, professor do Ibmecc/RJ e da UFRJ, também acredita que o quadro deve forçar novas revisões nas estimativas do mercado para a **inflação** em 2021.

Além da crise hídrica, a maior demanda por serviços, com a reabertura de empresas do setor, pode gerar impacto adicional até o final do ano, indica Moreira. Assim, é mais provável que o indicador encoste em 8%, e não em 7%, conclui o economista.

"As pessoas ficaram muito tempo isoladas, evitando idas a restaurantes ou outros tipos de serviços. Com a circulação maior, as empresas do setor, até pelas dificuldades que passaram na pandemia, podem aumentar preços", observa.

"Hoje, existem mais fatores que podem levar a **inflação** para mais perto de 8% do que de 7%", completa.

A mediana das projeções do mercado para o IPCA subiu nas últimas 20 semanas, até chegar aos 7,11% da edição mais recente do Focus. Dentro do relatório, a previsão mais alta já está acima da casa de 8%, em 8,49%. A mais baixa é de 6,35%. A pesquisa teve 133 respondentes -a estimativa de cada um não é detalhada.

Nesta quarta-feira, após a divulgação da prévia da

inflação, a Ativa Investimentos subiu sua previsão para o IPCA em 2021. A projeção pulou de 7% para 7,5%.

"Nossa maior revisão foi por conta da possibilidade de reajuste da bandeira tarifária novamente", indicou a Ativa em nota.

Por ora, a gestora de investimentos Rio Bravo estima avanço de 7,4% no IPCA de 2021, mas deve subir a previsão para perto de 8% em breve. João Leal, economista da Rio Bravo, relata que a provável revisão está associada aos riscos da crise hídrica, à pressão de serviços e aos ruídos que cercam a política fiscal.

"Temos vários fatores que jogam a **inflação** para cima", define Leal.

Na segunda-feira, o ministro Paulo Guedes (Economia) disse que não há descontrole da **inflação** no país. "Não há descontrole. A **inflação** está subindo no mundo inteiro", afirmou.

Já nesta quarta, Guedes relatou que, por causa do aumento dos precatórios (dívidas da União reconhecidas pela Justiça) e da alta da **inflação**, poderá ser forçado a descumprir o teto de gastos em 2022.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

49

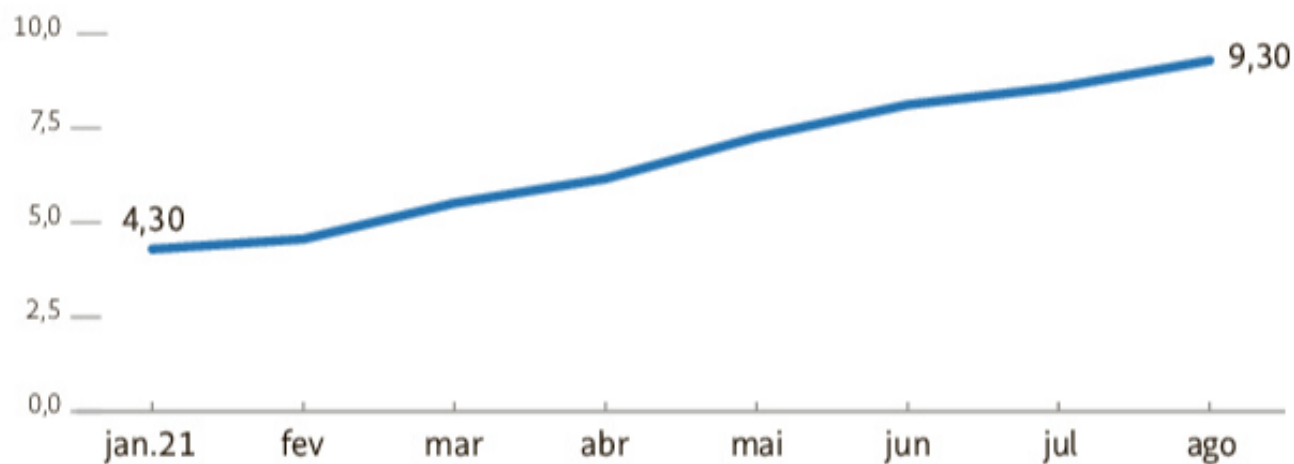
Prévia da inflação

Dados do IPCA-15, em %

Varição mensal



Acumulado de 12 meses



Fonte: IBGE

Governando num mundo fake (Editorial)

No mundo fake do presidente Jair Bolsonaro a economia vai bem, a criação de empregos formais é um sucesso, os problemas são causados pelos governadores, o uso de máscaras é dispensável e as vacinas são tão "experimentais" quanto o tal tratamento precoce. Toda pessoa informada recebe com desconfiança, e até com preocupação, as declarações presidenciais sobre assuntos econômicos e de saúde - para citar só dois dos muitos territórios por ele desconhecidos.

Os dois são especialmente perigosos. Na área econômica, as perspectivas são ruins e poderão piorar, se o presidente, como de costume, cuidar mais de seus interesses pessoais do que das necessidades do País.

Pelas previsões atuais, o crescimento econômico neste ano pode compensar, talvez com pequena sobra, a contração de 4,1% ocorrida em 2020, mas as perspectivas pioram muito a partir de 2022.

Diminuíram de novo na última semana as estimativas de expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**). As medianas das projeções caíram para 5,27% em 2021 e 2% em 2022, enquanto as expectativas de **inflação** continuaram subindo e chegaram a 7,11% e 3,93%, segundo cálculos colhidos no mercado pelo Banco Central (BC).

Juros altos serão o remédio da autoridade monetária para conter o surto inflacionário.

Mas o surto continuará sendo alimentado pelas ações eleitoreiras do presidente. Se depender dele, o Orçamento de 2022 será recheado de gastos populistas, destinados à caça de votos, e de dispositivos para agradar aos apoiadores fisiológicos, como um gordo fundo eleitoral e emendas para agradar aos amigos.

A **inflação** muito elevada tem imposto uma provação a mais para os brasileiros, principalmente para aqueles já afetados pelas péssimas condições do mercado de trabalho. Segundo o presidente, o mercado formal vai bem, com criação mensal de cerca de 250 mil empregos, mas o informal "deixa a desejar". Esses comentários foram feitos em entrevista a uma rádio do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

O presidente parece levar a sério os dados do Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, gerido pelo Ministério da Economia. Analistas do

mercado e outras pessoas habituadas a trabalhar com dados econômicos dão mais atenção aos levantamentos, muito mais amplos e mais informativos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entidade fiel aos padrões internacionais e respeitada - contra a opinião do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Um novo quadro do desemprego deve ser divulgado pelo IBGE no fim do mês. O levantamento do trimestre móvel encerrado em maio mostra 14,8 milhões de desocupados (14,6% da força de trabalho, com estabilidade em relação ao período dezembro-fevereiro). O número de empregados com carteira assinada (29,8 milhões) praticamente repetiu o do trimestre anterior.

Também estável ficou o grupo de assalariados sem carteira no setor privado, de 9,8 milhões.

A informalidade total, incluídos os trabalhadores por conta própria, cresceu ligeiramente, de 39,6% para 40% da população ocupada.

Não se espera um quadro muito diferente na próxima divulgação, mesmo com alguma melhora. Tampouco se espera um cenário muito mais favorável em 2022.

O presidente parece desconhecer esses dados. Pouco informado, insiste, no entanto, em interferir nas contas públicas, na política econômica e na política de saúde. Esse desconhecimento se manifestou em declarações na segunda-feira passada sobre vacinas e pandemia.

Segundo ele, as vacinas são tão experimentais quanto o "tratamento precoce" defendido há alguns meses pelo Executivo.

Obviamente ele ignora o significado de "experimental". De fato, dados da experiência, coletados de forma técnica por especialistas, confirmam a eficácia das várias vacinas contra a covid- 19. Dados também controlados já desacreditaram as terapias por ele defendidas. Um presidente mais preparado entenderia essas informações. Além disso, alguém mais preparado teria valorizado o Ministério da Saúde, dado menos palpites e buscado ajuda de pessoas competentes e responsáveis.

Expectativas pioram, enquanto Bolsonaro diz tolices sobre vacinas e emprego

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes minimiza custo alto da energia



Avaliação. Ministro Paulo Guedes diz que mesmo com crise hídrica a economia 'está furando ondas'

Sandra Manfrini Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

O aumento na conta de luz tem pesado no orçamento das famílias e é um dos fatores que pressionam a **inflação**, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, não tem essa visão. "Qual o problema agora que a energia vai ficar um pouco mais cara porque choveu menos?", questionou ele ontem. "Isso vai causar perturbação, empurra a **inflação** um pouco para cima, BC (Banco Central) tem de correr um pouco mais atrás da **inflação**", afirmou ele, no lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Guedes disse que a economia brasileira está "vindo com toda a força" após a crise causada pela pandemia da covid-19, mas admitiu que "há, sim, nuvens no horizonte". "Temos a crise hídrica forte pela frente, mas a economia brasileira está furando as ondas", disse.

O ministro da Economia disse ainda que a "economia está bombando". "E continua a narrativa de que o governo não faz nada", reclamou. Segundo Guedes, os críticos já transferiram o colapso para 2022, ao perceberem que a economia voltou a crescer. "Mas vamos continuar crescendo", disse.

Bônus por economia. Na contramão do discurso de Guedes, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou ontem um programa de redução voluntária do consumo para residências para tentar baratear um pouco as contas de luz. O governo pretende dar descontos aos consumidores que baixarem a carga a partir de 1.º de setembro.

Segundo a pasta, a divulgação dos detalhes da medida deve ocorrer no início da próxima semana.

"O programa está sendo estruturado e contará com definição de meta mínima de redução para concessão

de crédito", informou o ministério em nota distribuída à imprensa. "Estamos avaliando a métrica para todos os consumidores. A ideia do programa é premiar aqueles consumidores que se esforçarem em reduzir a carga e, assim, contribuir para o aumento da segurança, da confiabilidade e do custo de geração", disse o secretário de Energia Elétrica do ministério, Christiano Vieira.

Sem muitas explicações, o secretário deu a entender que os descontos seriam pagos via Encargo de Serviços do Sistema (ESS) - taxa cobrada na conta de luz por meio de tarifas ou bandeiras tarifárias.

Dessa forma, o "bônus" seria custeado pelos próprios consumidores, tanto os atendidos pelas distribuidoras e os residenciais como os que operam no mercado livre, como as indústrias.

As regras, porém, só devem ser apresentadas no início da próxima semana.

Já Albuquerque afirmou que as perspectivas de chuvas até o fim do período seco deste ano, meados dos meses de setembro e outubro, "não são boas no momento".

Em entrevista coletiva, ele afirmou que os meses de julho e agosto registraram o pior volume de água que chegou aos reservatórios da série histórica. "Permanece a perspectiva de menores precipitações até o final do período seco, até o final de setembro, outubro", afirmou.

O QUE O GOVERNO ANUNCIOU

I Redução na indústria Grandes consumidores que aceitarem reduzir ou deslocar o consumo de energia receberão compensação financeira ao oferecer um lote mínimo de economia de 5 megawatts médios (MWh) por um período de 4 a 7 horas. Valerá até 30 de abril de 2022.

I Redução residencial Quem economizar energia receberá desconto na conta de luz.

I Redução em órgãos públicos Órgãos e entidades da administração pública terão de reduzir o consumo de 10% a 20%.

I Aumento

Cálculos do governo apontam que será preciso que a

bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 9,49 a cada 100 kWh, vá para algo entre R\$ 15 e R\$ 20.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em 12 meses, IPCA-15 já chega a dois dígitos em 4 capitais

Bruno Villas Bôas / RIO / COLABORARAM THAÍS BARCELLOS e CÍCERO COTRIM

Pressionada pelo aumento da conta de luz e da gasolina, a **inflação** acumulada em 12 meses já chegou a dois dígitos em quatro capitais de três diferentes regiões do País. Curitiba lidera a lista, com taxa de 11,43% na prévia de agosto, seguida por Fortaleza (11,37%), Goiânia (10,67%) e Porto Alegre (10,37%).

Dados divulgados ontem pelo IBGE mostram que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15, uma "prévia" da **inflação** oficial) foi de 0,89% na média nacional em agosto, acima do esperado por analistas (0,84%, pela mediana).

Foi a maior alta para o mês desde 2002. Com o resultado, o índice passou a acumular uma alta de 9,30% em 12 meses, maior taxa desde maio de 2016.

Em Curitiba, as famílias viram a conta de luz ficar 26,19% mais cara nos últimos 12 meses. A energia passou a custar mais em todo o País com a bandeira tarifária vermelha no nível 2, além de um reajuste de 52% no valor adicional da bandeira. Na capital do Paraná, porém, houve ainda reajuste da tarifa da concessionária a partir de junho.

Outros locais pesquisados pelo IBGE também registraram **inflação** acima da média nacional em 12 meses, embora não tenham atingido dois dígitos, como Recife (9,88%) e Belém (9,85%). Em Belo Horizonte, a taxa chegou a 9,30%, a mesma da média do País. Na região metropolitana de São Paulo, o índice foi 8,64%. O menor foi no Rio, de 7,93%.

Para o economista Leonardo França Costa, da ASA Investments, a **inflação** medida pelo IPCA deve continuar pressionada no curto prazo. Ele afirma que os preços administrados pelo governo (energia e combustíveis) são os que mais preocupam.

"Ainda espero uma melhora do IPCA no quarto trimestre, mas as surpresas de curto prazo me deixam menos confiante", disse o economista.

Peso maior. Somadas, a energia elétrica e a gasolina responderam por mais de um terço do índice no mês, com influência de 0,35 ponto porcentual na variação

do IPCA-15. No mês, a conta de luz ficou 5% mais cara para as famílias brasileiras. Já a gasolina avançou 2,05% em agosto, refletindo a elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional e seu repasse ao mercado interno.

Além desses dois itens, agosto foi marcado pela aceleração da **inflação** de alimentos e bebidas, de 0,49%, em julho, para 1,02% em agosto. O movimento era aguardado pelos analistas por causa das baixas temperaturas de parte do País.

Nos cálculos do banco ABC Brasil, 73,1% dos preços pesquisados pelo IBGE tiveram alta em agosto. Em julho, essa difusão foi de 62,9%. Para Daniel Lima, economista do banco, o panorama pode aumentar as chances de um cenário alternativo para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de setembro.

"As pressões correntes podem puxar as projeções para o IPCA de 2021 e, conseqüentemente, de 2022, via uma inércia maior, e a probabilidade de um cenário alternativo acaba aumentando", afirma o economista, que prevê alta de 1 ponto porcentual da Selic em setembro, para 6,25% ao ano. No cenário alternativo, a Selic poderia subir até 1,25 ponto porcentual.

Marcos Mollica, gestor do Opportunity Total, disse que o resultado de agosto não trouxe alívio. "Não há descontrole inflacionário, mas é um nível bastante elevado que requer reação da Selic e cautela do Banco Central", disse Mollica, que projeta IPCA de 7,5% ao fim do ano.

I Para cima

0,89% foi o resultado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) na média nacional em agosto, acima do esperado por analistas, que era de 0,84%, pela mediana

9,30% é a alta acumulada em 12 meses, a maior taxa desde maio de 2016

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desemprego, desalento e informalidade (Artigo)

JOSÉ PASTORE, PROFESSOR DA FEA-USP, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP

Como pode o Brasil se livrar desses três graves problemas? É a pergunta que mais recebo de estudantes e jornalistas. Infelizmente, não existe uma bala de prata. O emprego de hoje reflete o investimento de ontem. E, nos dias atuais, o Brasil investe apenas 15% do **PIB**, o que é irrisório para atender às necessidades de trabalho.

Mas, mesmo na retomada dos investimentos, especula-se sobre o impacto das tecnologias poupadoras de mão de obra. Sabe-se que elas destroem e criam empregos. Entretanto, as novas vagas só podem ser aproveitadas por trabalhadores que têm a qualificação exigida por elas.

Esse ajuste não é trivial. O Brasil tem poucos empregos e trabalhadores de alta qualidade. A maioria dos atuais postos de trabalho está em setores que requerem uma qualificação limitada: commodities, comércio e serviços simples, transporte e, marginalmente, indústria.

Bem diferente é a matriz econômica da Alemanha, por exemplo, que exporta 50% do **PIB** em bens e serviços de alta tecnologia. Ou seja, exporta ideias, pesquisa e ciência que, em última análise, estão na cabeça dos trabalhadores.

No Brasil, 18,5% dos trabalhadores fazem tarefas simples do pequeno comércio e serviços; 9,4% fazem o mesmo na agricultura; assim é também com 6,5% que são a metade da mão de obra industrial; com 6,4% na construção civil; 5,9% nos serviços domésticos; 5,3% no transporte; 5,1% nos bares, hotéis e restaurantes; e 5,6% nos chamados outros serviços, que incluem manejo de animais, apoio florestal, manutenção de esgotos, escoamento de resíduos, sapateiros, relojoeiros, chaveiros, bicicleteiros e outras atividades que demandam qualificação limitada.

Tanto que 3,2% dos nossos trabalhadores são analfabetos; 22,8% têm o fundamental incompleto; 8,4%, o fundamental completo; 7,4%, o médio incompleto; 33,4%, o médio completo; 6,3%, superior

incompleto; e 18,5%, o superior completo. Tudo isso sem falar na qualidade do ensino. Apenas 8% completam cursos técnicos em escolas de formação profissional.

A Alemanha, para produzir bens e serviços em química, farmácia, máquinas, automóveis, aviões, energia limpa e outras atividades complexas, tem 44% de técnicos (formados pelo eficiente sistema dual que combina escolas e empresas) e 32% de diplomados em universidades, especialmente em engenharia e ciências. As atividades mais simples do comércio e dos serviços são realizadas, na maior parte, por imigrantes de baixa qualificação.

Mas a modernização tecnológica também avança no Brasil. Por isso, é imperioso implantarmos uma estratégia paralela de qualificação das pessoas. A China tem sido campeã nessa sincronia. Ao longo dos últimos 20 anos, intensificou o conteúdo tecnológico da sua economia e, ao mesmo tempo, qualificou o seu pessoal.

No ano 2000, a China formou 46 milhões de jovens nas universidades; em 2020, foram 218 milhões! O mesmo se deu no ensino médio e técnico.

A Unctad recomenda que os países demasiadamente dependentes de commodities aproveitem as oportunidades que estão se abrindo e reduzam a lacuna tecnológica que neles impera. Está aí a necessidade de encetarmos uma gigantesca cruzada educacional de 15-20 anos para o Brasil dar um salto e acompanhar a eventual evolução da sua matriz econômica.

Só assim poderemos atenuar o desemprego, o desalento e a informalidade de modo expressivo.

É imperioso olhar o longo prazo, acabar com as brigas políticas, reequilibrar as finanças públicas e ter uma liderança firme nos campos da tecnologia e da educação.

JOSÉ PASTORE, PROFESSOR DA FEA-USP, MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo apela ao Supremo por precatórios

**GERALDA DOCA, MARIANA MUNIZ, FERNANDA
TRISOTTO, Leandro Prazeres, Eliane Oliveira, Gustavo
Schmitt, Evandro Éboli e Gabriel Shinohara**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Prévia da inflação supera 9,30% em 12 meses com alta na energia

CAROLINA NALIN E VITOR DA COSTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Alimentos e tarifas provocam maior alta do IPCA-15 em 20 anos

***Marta Watanabe, Lucianne Carneiro, Mariana Ribeiro e
Marcelo Ribeiro***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Orçamento vai prever total de precatórios, diz Funchal

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186990?page=1§ion=1